

Angola

A Assembleia Constituinte foi convocada para o dia 15 de Novembro de 1975...

B.D.A.C.I. em foco

A B.D.A.C.I. (Associação de Ex-Pará-Quedistas) tem vindo a ser alvo de uma campanha...

Comissão de Inquirição investiga incidentes

Uma comissão de inquirição foi constituída para investigar os incidentes ocorridos...

Comício em Moçambique de apoio ao povo de Angola

Um comício de apoio ao povo de Angola foi realizado em Moçambique...

E.L.P. na África do Sul

O E.L.P. (Exército Libertador Popular) tem vindo a desenvolver actividades...

Crece a contestação do saneamento da Armada

Existem contestações crescentes quanto ao saneamento da Armada...

Deputa EUA extensas URSS no Mediterrâneo e no Atlântico. Açores, Madeira, Canárias, Saharã e o resto. Crítica de Eduardo Barescheira.

Como Será Arruolada daqui a seis meses?

Documentos: P. Wilson Santos (URTA), Agostinho Jaime (MPLA), Vieira de Almeida, Maria Carolina, Paulo Modesto.



Partes dos visitantes, nos 3 dias de trabalho da Assembleia Constituinte.

Governo português não reconhece Governo do MPLA

O Governo português não reconhece o Governo do MPLA, afirmando que este é ilegítimo...



Agostinho Jaime ao falar e o General de Brigada comandante do MPLA, o almirante...

Agostinho Jaime ao falar e o General de Brigada comandante do MPLA, o almirante...

Aberta grave crise militar

Aberta grave crise militar, com tensões crescentes entre os militares...

C. de Ministros responde à crise da construção civil

O Conselho de Ministros respondeu à crise da construção civil...

Associação de ex-para-quedistas em fase de arranque

A Associação de ex-para-quedistas está em fase de arranque...

Posição do CR sobre Angola

O Conselho de Regentes (CR) tomou uma posição sobre a situação em Angola...

Plano quinquenal sobressai do Copron

O plano quinquenal sobressai do Copron, o plano económico para o período...

TISSONIC um relógio electrónico TISSOT TISSOT e relógio que conquistou a Europa inteira



Constituinte

e

Angola

A Assembleia Constituinte foi ontem dominada pelo tema da independência de Angola no período de antes da ordem do dia.

Nelc. Moça Pinto, Presidente do Grupo Parlamentar do P.P.D., referiu-se desenvolvidamente à independência de Angola, apoiando a posição do VI Governo, e apresentou uma proposta de voto de congratulação, nos seguintes termos:

"A Assembleia Constituinte, na data histórica da proclamação da independência de Angola, saúda fraternamente o novo Estado Africano e manifesta a sua certeza, de que o mesmo saberá encontrar os caminhos do seu futuro através de órgãos de soberania verdadeiramente democráticos e representativos da vontade do povo angolano, em paz, progresso e liberdade."

Falou depois Gabão de Melo, que, em tom melodramático, recordou as relações passadas entre Portugal e as colónias.

Das restantes intervenções, avaliativa a de Vital Moreira, que expôs a posição do PCP de apoio ao MPLA, e ao Governo de Luanda.

No período da ordem do dia continuaria o debate sobre "Organização Económica do Estado", tendo sido abordada a matéria de reforma agrária e iniciada a discussão sobre matéria financeira.

G.D.A.C.I.

em foco

A EVENTUAL substituição do comandante da unidade, bem como de um aspirante, motivaram ontem reuniões no G.D.A.C.I., tendo um grupo de militares exigido ao CEMFA a manutenção e até a promoção do comandante.

Entretanto, esse grupo tentava fazer entrar a unidade, sita em Monsanto, em situação de quase-prevenção, como forma de lista.

Esta questão inseriu-se no panorama mais amplo das acções contínuas na Força Aérea contra o general Moreira da Silva.

Sabe-se, por outro lado, que na mesma linha deverão ser levadas a cabo acções relativas às quatro companhias que chegam, dentro de oito dias, no navio Niassa.

Entretanto, ontem foram recebidas pelo C.E.M.F.A. e pelos 124 oficiais paraseguintes inúmeros telegramas de adesão à sua posição, designadamente de bases do P.S. e do P.P.D.

Comissão de Inquérito investiga incidentes

Foi já nomeado pelo Conselho de Ministros a Comissão de inquérito que irá apurar os incidentes ocorridos na manifestação do passado domingo, no Terreiro do Paço. O presidente da Comissão é o Ten.-Cor. Tomé (que não é nada ao major Tomé da P.M.).

Comício em Moçambique de apoio ao povo de Angola

COM A PARTICIPAÇÃO do Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, realizou-se, ontem à tarde, um grande comício no Estádio da Machava onde o Presidente da FRELIMO usou da palavra durante largo tempo para apoiar o povo de Angola na luta que trava pela sua libertação. Também em Moçambique foi publicado, ontem, o último número do semanário, "A Tribuna", dirigido pelo jornalista Fernando Magalhães que já foi correspondente do EXPRESSO em Lourenço Marques, para serviços de maior âmbito relacionados sobretudo com a política da África Austral.

Fernando Magalhães passou a desempenhar elevado cargo ao Ministério da Informação.

E.L.P. na África do Sul

Segundo fontes absolutamente fidedignas, continuam a ser recolhidos fundos para o ELP em Joanesburg e Pretória. Desta feita é um professor universitário que foi sub-secretário da Educação no governo de Salazar e depois exerceu o magistério na Universidade de Lourenço Marques, passando-se, depois da independência de Moçambique, para a África do Sul leccionando, actualmente, na Universidade de Pretória. Faz colectas públicas afirmando que o dinheiro se destina ao 9.º Exército de Libertação de Portugal.

Aberta grave crise militar

COMO SE PREVIA os dias que antecederam à declaração de independência do Estado de Angola foram singularmente movimentados no campo político-militar, tendo-se ali desencadeado forças e processos que continuaram a exercer os seus efeitos muito para além de 11 de Novembro.

De acordo com fontes militares que ocupam postos da maior responsabilidade, chegámos já a uma fase que se pode considerar "insustentável" e em que alterações muito significativas terão que surgir nos próximos dias para que ainda se possa evitar a total desagregação do aparelho militar e, consequentemente, se possa garantir o respeito pelas regras democráticas e pela vontade expressa pelo povo português.

Posição do CR sobre Angola

Ao contrário do que foi divulgado pelo "Diário de Lisboa", a posição do CR, reunido na segunda-feira, manteve as coordenadas gerais da diplomacia portuguesa quanto às formas possíveis para a independência de Angola. Ou seja, foi afirmado o princípio de que Portugal reconhece a independência do Estado de Angola e, portanto, do povo angolano, mas não reconhece nenhum governo que se constituiu fora das regras definidas pelo acordo de Alvor.

Esta posição de base, e a única que terá implicações em termos das relações internacionais, não impediu, como é natural, que alguns conselheiros ou mesmo o CR no seu conjunto, manifestem uma mais clara solidariedade política e ideológica com o MPLA. No entanto, como foi sublinhado por um membro do CR, isso não altera

a posição oficial de Portugal face à questão angolana.

Embora se esperasse que esta sessão do CR viesse a debater outras questões da actual conjuntura político-militar, tal não veio a suceder, ficando para a reunião normal da próxima quinta-feira o debate dos últimos desenvolvimentos político-militares.

Opiniões sobre a crise militar

Embora em termos informais, alguns elementos militares não hesitaram em considerar que os últimos acontecimentos ocorridos no Regimento de Caçadores Paraquedistas, em Tancois e as declarações do general Otelo Saraiva de Carvalho, em Beirós, são extremamente importantes e exigem que se tomem medidas imediatas.

No caso de Tancois, elementos do CR afirmam haver razões para acreditar que o que aí aconteceu, e que se regista mais à frente, foi coordenado por um grupo de seis sargentos afectos ao PCP, a que se juntaram cerca de vinte e cinco outros sargentos; teria sido a partir desta base que foi possível levar os soldados a recusarem o plêniário em que estava presente o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea.

Na opinião destes militares, está-se perante uma estratégia já esperada e que visa substituir os oficiais do D.F. e os sargentos não afectos à linha política do PCP, por oficiais ou até por sargentos promovidos que se manifestam de acordo com a transformação das Forças Armadas em forças que, por agora, são ainda pouco claras, mas que deverão ser idênticos aos que se encontram nos países da Europa Oriental e da União Soviética.

Mais grave, na opinião destes militares, será o efeito das recentes declarações de Otelo Saraiva de Carvalho.

Os elementos do CR mostraram-se muito surpreendidos com os ataques feitos ao CR até porque "se alguém tem criticado o funcionamento e a falta de operacionalidade do CR não foi certamente o general Otelo, que até tem tido muito poucas intervenções nos últimos tempos". Por outro lado, consideram estranho que seja o general Otelo a criticar o CR quando tem sido ele quem não tem cumprido decisões que maioritariamente foram aprovadas e com a sua presença. Acrescentam ainda que "o general Otelo tem uma concepção muito especial da revolução que, em última análise, é só dele, o que tem provocado alguns problemas". Supõe-se que esse será um tema a ser abertamente debatido na próxima sessão do CR, até porque alguns conselheiros pensam que se ultrapassaram os limites do aceitável.

Entretanto, o general Otelo continuará a visitar unidades da FML, deslocado-se amanhã ao CIAAC, muito embora ainda não esteja perfeitamente clarificado qual os objectivos concretos destas visitas.

Para-quadristas: ordens só do Copcon

PARAQUEDISTAS, reunidos em plenário na Base Escola de Tropas Paraquedistas, decidiram retirar-se do AMI, reestabelecendo as suas

companhias e obedecer apenas às ordens do COPCON.

Na sequência da luta que se vem travando dentro das tropas paraquedistas, cujos efectivos montam a cerca de dois mil homens, e cujo detonador esteve na acção feita nos emissores de Rádio Renascença, estas têm vindo a efectuar vários plénários. O de segunda-feira foi de especial importância pelos acontecimentos que nele ocorreram, originando a demissão do comandante e a saída de cento e pouco oficiais desta unidade que decidiram apresentar-se ao Estado-Maior da Força Aérea. Na passada segunda-feira, o general Morais da Silva, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, dirigiu-se à BETP, acompanhado do capitão Vasco Lourenço a fim de promover uma sessão de esclarecimento naquela unidade sobre o caso da Rádio Renascença. Em face da presença do CEMFA na unidade, quando estava previsto já um plénário, decidiram sargentos paraquedistas não comparecer à sessão de esclarecimento tendo praxas tomado a mesma atitude. O comandante da unidade dirigiu-se ainda ao Clube dos Sargentos ordenando-lhes que fossem à sessão de esclarecimento, o que foi recusado. O comando mandou então formar a recruta e levou-a debaixo de farda para a referida sessão, à qual compareceram a maioria dos oficiais. Decidiram então, as praças, dada a forma como a recruta foi levada para o local de reunião, enviar à sessão do CEMFA uma delegação que se deveria dirigir aos soldados recrutas ali presentes. A delegação compareceu no local onde se realizara a sessão de esclarecimento do CEMFA, e um dos elementos no uso da palavra declarou que os camaradas presentes estavam ali para ouvir o esclarecimento dos responsáveis pela ordem de destruição da Rádio Renascença, salientando, o "carácter burguês dos chefes" e os seus "interesses de classe". Por outro lado, afirmava que "...dantes as tropas paraquedistas eram profundamente comas, sem classes e que agora se estava a assistir a uma luta de classes..." cujo interesse, segundo ele, seria mínimo ou nulo, acrescentando que os militares não deviam fazer política e muito menos partidária.

Foi-lhe respondido por uma praça que a coação dum enquanto os oficiais podiam "empunhar" (sic) os soldados e pô-los ao serviço da classe dominante, e que a luta de classes era um factor inevitável numa revolução socialista; foi ainda observado que se os militares não deviam fazer política e muito menos partidária, como se explicava a presença do cap. Vasco Lourenço, ao lado de Mário Soares numa manifestação promovida pelo PS?

As praças paraquedistas consideraram então os oficiais a comparecer no plénário sendo-lhes respondido que se eles haviam boicotado a reunião promovida pelos oficiais como queriam que estes estivessem presentes no plénário. Finalmente, compareceram o Comandante da unidade e três oficiais considerados progressistas, o comando das companhias estacionadas no DGAPA e na BAS atribuído a um

(Continua pág. 16)

Conselho da Revolução, Força Aérea e Exército:

Agitação nos meios militares?

(Continuação da pág. 1)

capitão e um tenente. Os "para" decidiram também que só cumpriram ordens emanadas pelo COPCON. Esta posição tomada em Tanos foi ratificada em plenário pelas companhias estacionadas na DGafa e BA4.

Entretanto, a Comissão de Luta dos Paraqueidistas e da Polícia Aérea da DGafa, face ao comunicado do PS antiaéreo, repudiando o insucesso comunicado do Partido Socialista contra os camaradas da PM. "Os plans deixaram de pertencer ao AMI quando tomaram consciência da acção destruidora e que foram levados a colaborar. Esta acção foi o nosso motor de arranque para a luta que agora desenvolvemos e que é a luta contra a reacção que o Partido Socialista, e não só, tão bem representa."

Durante as noites de 9 a 11 de Novembro e especialmente de 10 para 11, noite da Independência de Angola, e em face de rumores de possíveis ataques contra estações de rádio e República, forças paraquedistas estiveram presentes, em estreita colaboração com a Polícia Militar, elementos da Armada e as forças destacadas pelo COPCON, montando a segurança desses locais voluntariamente. Também a Polícia Militar destacou voluntários seus para a segurança das antenas da RTP no Monsanto, que estava a cargo da Polícia Aérea do GDACI, que por falta de electrotécnicos de abandonar aquele local, no que iria ser possivelmente substituída por forças militarizadas.

O Secretariado Provisório Intercomandos de soldados e marinheiros reunido analisou vários pontos relativos à sua organização e a actual situação

político militar decidindo também quanto às formas de luta a desencadear. Assim concluiu-se que "a burguesia avança na repressão contra o avanço do Movimento Popular com uma tática cuidadosamente estudada: Campanha sobre a necessidade de estabelecer "ordem", e "disciplina" e a autoridade (burguesa) no Exército; lei da omara e silenciamento da RR; formação de um exército profissional, o AMI, que tal como no Chile servirá para tentar um golpe fascista; repressão pelas armas dos soldados do CSCAP e BA11; tentativa de dissolução do RALIS e PM, unidades onde a luta está mais avançada; decreto sobre a cacha às armadas que tal como no Chile servirá para tentar reprimir os Operários, Camponeses e o Povo Trabalhador; saneamento de militares progressistas e desmobilização de cerca de 30 mil soldados, das incorporações de 73 e 74, que têm demonstrado estar ao lado do povo e das suas lutas.

"As Comissões podem ser destruídas em qualquer momento em conjunto ou substituídas elementos seus em plenário de praça sempre que estes consideram a conduta desses elementos ofensiva aos interesses dos soldados e marinheiros".

"O secretariado chama ainda a atenção de todos os camaradas soldados e marinheiros de que não devem confundir as Comissões de Soldados e Marinheiros com as ADUs, que são órgãos de conciliação de classes".

"As ADUs não são democráticas, visto que segundo o seu próprio estatuto o comando tem poder para ir contra as decisões que a ADU tomar".

O general Otelo Saraiva de Carvalho tem visitado ultimamente

as unidades da RML realizando estudos de encastamento dedicadas sobretudo aos militares que queiram passar à disponibilidade os quais têm sido aconselhados a organizarem-se na vida civil mantendo uma "actividade revolucionária".

A este propósito surge uma organização revolucionária de militares na disponibilidade que propõem formas de luta que têm continuidade e apoio "aquelas que são travadas pela classe operária dentro das unidades".

Finalmente Saraiva de Carvalho afirmou numa conferência de imprensa em Belémis que não voltará a comparecer às sessões do CR enquanto este não se debrucar sobre os reais problemas do povo português, adiantando que, quanto a si, o referido Conselho nada tem de revolucionário. Observadores militares apontam como uma causa possível desta decisão de Otelo a destruição dos Emissores de Boreca de Rádio Renascença. Os mesmos observadores — próximos da orientação de Otelo — afirmam ainda que esta atitude do comandante do COPCON poderá vir a ter reflexos noutros elementos do C.R., reforçando o apoio de certas forças militares a Otelo. (Vêde atitude dos paraquedistas acima referida).

Quanto ao AMI, os mesmos observadores da linha de Otelo consideram dificultada a sua formação, restando-lhe como principais forças o Regimento de Comando, a GNR e a FSP.

A crise vista do Norte

Os últimos acontecimentos registados em Lisboa, onde se espera que tudo comece e acabe, repercutiram norte fora como na pele de um tambor. A radicalização da esquerda, acentuada pelo diálogo Soares/Cunhal, o caso da RR, o ataque às esquerdas da PSP, a grande manifestação do PS/PPD, o discurso dado de Pinheiro de Azevedo, a "declaração de guerra" de Otelo ao Conselho da Revolução, na segunda-feira à noite, o soar da hora da independência de Angola, enfim, geraram forte e aguçante tensão que permeia lástima. O clima instável e penumbroso que se observa no país, de resto, não coincide nada ao gosto do quase primavera verão de S. Martinho. Atentados bombistas, que círculos oficiais atribuem ao ELP, fizeram ouvir a sua voz.

Apesar de tudo, a verdade é que no campo político-militar, segundo fontes responsáveis do Norte, a situação é preocupante mas não grave. Os dados do problema estão lançados. As coordenadas que pesam o passo e o rumo do processo revolucionário português, pensam, dificilmente poderão ser alteradas de imediato, até porque as linhas que se entrecruzam na capital, embora importantes, não são consideradas decisivas. Os liboetas, homens da rua ou chefe político ou militar, adiantam os mesmos sectores, talvez porque se situam no centro do conflito, ou porque são vítimas do erro de ver e ajustar a árvore tomando-a pela floresta.

O almoço dos brigadeiros Pinheiro Correia, Franco Charis e Pires Veloso respectivamente comandantes das Regiões Militares Sul, Centro e Norte) e do general Pinho Freire, comandante da Primeira Região Aérea, no sábado, ainda que classificado de informal, neste contexto, assume especial significado. Traduz, no mínimo, até pelo tom cordialíssimo em que decorreu — os quatro oficiais gerais ao fim beberam — uma parafra de champagne com os trabalhadores do restaurante — um perfeito entendimento, que se reflecte decerto no exercício das funções. Como se sabe, todos eles perfilham a ideia expressa de Pinheiro de Azevedo sobre a necessidade de disciplina revolucionária.

Personalidades militares afectas ao processo, analisando-o do Porto, não acreditam na ocorrência, pela sua invisibilidade no momento, de qualquer tentativa da tomada do poder pela força. Se, por hipótese, partisse da direita, conjecturam, "colocava-nos a todos do mesmo lado da barricada" (refiram-se evidentemente à união das diversas correntes político-militares). Desferido pela esquerda, temos de ponderar dois aspectos principais: encara-lo de uma forma se desencadeado por milícias armadas; aprecia-lo de outro modo se for realizado por tropas regulares. Neste caso, talvez fosse preciso um compasso de espera, de reflexão. A imagem é petrificada, em 1917, a ser assim, a de acção de unidades de Lisboa seria fundamental. Ora repare que a esmagadora maioria das unidades da província, tal como a Força Aérea, se opõem a golpes desta natureza e à instauração de regimes extremistas. Logo não seria insensível o confronto com as unidades que tentassem o golpe, as quais seriam, inevitavelmente, neutralizadas. Os que admitem esta possibilidade não o ignoram.

Por outro lado, a legalidade revolucionária — no norte seguramente e quão nas outras regiões militares — representada actualmente pelo Presidente da República, CR, VI Governo, conta com forte apoio social, político e militar. A "queda" de um império "derrota" dos outros. Improvável, por consequência, o sucesso do poder pela extrema-esquerda ou pela linha socialista como "gonçalvitas" através de qualquer manobra que objectivem a reforma dos vários órgãos — introduzindo-lhes personalidades afectas àquela tendência — e a alteração das estruturas do poder.

Assim, interpretam os, nozes informadores, apenas restara com hipótese de tipo à extrema-esquerda ou à linha Gonçalvista ("e isso sempre possível") um novo "11 de Março". Salientam que a cada erupção da direita correspondeu sempre um avanço dracónico da esquerda que "pretende ser a vanguarda da revolução com uma reduzida base de apoio do povo português". E relativamente fácil levar um comandante, uma unidade, a um acto insensato. Extrair depois, dos reflexos provocados, os lucros calculados e possíveis. No que se

refere ao VI Governo, face à sua base social, política e militar, os especialistas nortenhos acham que mesmo uma manobra desse tipo não deverá colher grandes frutos. Além, o governo do almirante Pinheiro de Azevedo, homem essencialmente da esquerda, quando muito pode entender-se como o de "um recuo estratégico, de acordo com o povo e, o país que somos; o VI Governo não se está a deslocar; está é a ser atirado para a direita pela extrema-esquerda. Acreditamos, porém, que seja quase a única saída para a actual fase da revolução proposta pelo MFA — ponderar entidades militares.

Diferente, como é natural, a visão de outros sectores da esquerda e da extrema-esquerda do Porto. Elementos de grande idealismo revolucionário, sem dúvida sinceros nas suas análises

por discutíveis que sejam, ligados aos movimentos de soldados que se verificaram nalguns quartéis, afirmam-nos que "não passa tudo de uma farsa". Para eles, a revolução deve passar, necessariamente, pela "transformação" das Forças Armadas. Reproduzimos a seguir uma breve conversa com elementos desta linha política.

EXP. — Que medidas preconizam então para as actuais Forças Armadas?

— A sua dissolução total. Depois, a criação de um novo exército.

EXP. — Acham que a "nova revolução é possível com este povo e neste país?"

— Com certeza. A revolução socialista, tal como a entendemos, é sempre possível quando existem, como aqui, as contradições gritantes do capitalismo. Portanto, as

condições objectivas para a revolução socialista existem.

EXP. — Que tipo de sociedade, então, defendem. Que estado, de que país, podem indicar uma imagem do que desejam instituir em Portugal?

— O da Rússia, em 1917, por exemplo.

EXP. — Mas, entretanto, passaram-se mais de 50 anos...

— Sim. Mas tivemos condições objectivas para esse exército novo durante a luta no CICAP/RASP. Vimos ali soldados, trabalhadores, moradores, unidos por um ideal revolucionário comum, síntese da revolução e do exército que pretendemos.

EXP. — De qualquer modo, se que parece, tratou-se de uma luta perdida.

— Talvez não. Coitamos ligar perícias que nos poderão servir no futuro.

Governo português não reconhece Governo do MPLA

PORTUGAL não reconhecerá, ao menos por enquanto, o Governo do MPLA, tal foi a conclusão do debate havido a nível do Conselho de Ministros e do Conselho da Revolução. O Conselho de Ministros reuniu-se, duas vezes para o efeito, tendo nele participado os três Secretários-Gerais dos partidos representados no Governo. Na reunião de domingo à noite o Presidente da República começou por ler o relatório elaborado pela Comissão da Descolonização sobre Angola que concluiu dever reconhecer-se o Governo instalado em Luanda. Defenderam esta tese o Presidente Costa Gomes e o ministro Vítor Crespo. Atacam-na Campinos, Mário Soares, Magalhães Mota, Sá Carneiro e outros.

Nesse primeiro Conselho de Ministros, votaram todos contra esta fórmula excepto Vítor Crespo e Veiga de Oliveira. Os três Secretários-gerais não tiveram direito a voto.

Na reunião que se seguiu do Conselho da Revolução gerou-se uma maior polémica, tendo sido aprovada uma fórmula diferente: no caso de vários Movimentos declararem a independência e de formarem Governo, Portugal não reconhecerá nenhum; no caso de ser apenas o MPLA a formar governo, e depois de um grande número de países o reconhecerem, o Governo Português alinhará com a cor-

rente internacional, reconhecendo-o também.

Foi esta a opinião prevalente embora com uma grande divisão de votos. Seguiu-se, na madrugada de anteontem para ontem, uma outra reunião de Conselho de Ministros que acabou por confirmar a resolução que saiu do Conselho da Revolução, tendo, no entretanto, emitido o seguinte comunicado: «Reunido, extraordinariamente, sobre a presidência de S. Ex.ª o Presidente da República, no momento em que Angola assume a plenitude da soberania, o Conselho de Ministros saúda o povo angolano e expressa o seu regozijo — que reflecte o sentimento generalizado do povo português — por esse facto de transcendente significado histórico para os dois povos, para a África e para o Mundo.

O Conselho de Ministros julga oportuno realçar o vivo empenho do povo português no estreitamento de laços de cooperação activa e perene amizade com o povo angolano, independentemente das contingências conjunturais que momentaneamente ameacem, ou provisoriamente comprometam a generalizada esperança numa Angola unida, independente, progressiva e livre.

O Conselho de Ministros considera do maior significado para as futuras relações entre os dois Estados, que mais um país de língua

portuguesa tenha atingido a independência, e junte agora a dignidade de Estado soberano à de todos os países africanos que viram coroada de êxito a sua luta pela emancipação de África.

O Governo Português condena veementemente a ingerência de forças e países estrangeiros ao povo angolano, que têm contribuído para pôr angolanos contra angolanos, assim comprometendo as possibilidades de uma plataforma de entendimento e cooperação condicionada de uma verdadeira independência em liberdade, em progresso e em paz.

O povo português associa-se, às melhores esperanças do povo irmão de Angola.

Sob a égide do MPLA

Em ambiente de tensão no território angolano com as forças militares a digladiarem-se, Agostinho Neto proclamou, em Luanda, a República Popular de Angola que, segundo as suas palavras é a expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional. Porém, a nossa luta não termina aqui, acrescentou Agostinho Neto. O objectivo é a independência completa do nosso país, a construção de uma sociedade justa e de um homem novo.

O novo país, no dizer de Agostinho Neto, caminhará progressi-



1974: Agostinho Neto (ao centro) e Iko Carreira (à esquerda) comandante das FAPLA à chegada a Luanda. O drama angolano ainda estava longe

vamente para um estado de democracia popular, tendo por núcleo a aliança de operários e camponeses — e acrescentou que todos os patriotas estarão unidos na luta contra o imperialismo e seus agentes, na luta pela edificação de uma sociedade sem exploradores nem explorados.

Agostinho Neto proclamou a República Popular de Angola às zero horas do dia, 11, dizendo: «Em nome do Povo angolano, o Comitê Central do Movimento Popular de Libertação de Angola proclama solenemente perante a África e o Mundo a independência de Angola... «Durante o período compreendido entre o encontro de Alvor e esta proclamação, constituiu Agostinho Neto, só o MPLA

são violou os acordos assinados. Aos laços internos do imperialismo de há muito os deixámos de reconhecer como movimentos de libertação.

Quanto a Portugal, o desrespeito pelos acordos de Alvor é manifesto. Entre outros, o facto de sempre ter silenciado a invasão de que o nosso país é vítima por parte de estróicos regulares e de forças mercenárias. Esta invasão já conhecida e divulgada em todo o mundo, nem sequer mereceu comentários por parte das autoridades portuguesas que, de facto, não exercem a soberania a não ser nas áreas libertadas pelo MPLA. Por outro lado, o nosso Movimento enfatiza no terreno várias forças reaccionárias, que integram uma espécie de brigada

internacional fascista contra o povo angolano. Nessas alianças influem-se forças reaccionárias portuguesas, que participam na invasão do Sul do País e o governo português não só as não combater como as legitimou tacitamente pelo seu silêncio e passividade. Não obstante as organizações fascistas concluídas com os estróicos invasores terra de há muito sido denunciadas pelo povo angolano e por todas as forças progressistas do mundo, o Governo Português primou em considerá-las como movimentos de libertação, tentando empurrar o MPLA para soluções que significariam uma alta traicção ao povo angolano.

(Continúa pág. 16)

O Governo português não reconhece o Governo do MPLA

(Continuação da pág. 1)

Mais uma vez deixamos aqui exposto que a nossa luta não foi nem nunca será contra o povo português. Pelo contrário, a partir de agora poderemos cimentar relações fraternas entre dois povos que têm de comum laços históricos, linguísticos e o mesmo objectivo: a liberdade.

FNLA-UNITA proclamam o seu regime

Entretanto, em Lisboa, o delegado da UNITA, Fernando Wilson Santos, do Bureau Politico do Comité Central, anunciou a constituição de um governo Unita-FNLA nos seguintes termos: «Se hoje vemos constituído em Angola um governo do MPLA,

que nós não reconhecemos e um governo conjunto da Unita-FNLA, este último não constitui se não a melhor forma de os compatriotas do MPLA se comprometerem do seguinte: o seu governo pode ter o reconhecimento internacional de certos países; esse reconhecimento é, no entanto, minoritário e constitui um acto de encorajamento da divisão de Angola... «Nós prometemos aos angolanos lutar contra o colonialismo e o imperialismo na medida em que se pretenda introduzir no nosso país, vindas do Leste ou do Oeste, novas formas de opressão através da ingerência externa.

«O Povo português e a opinião internacional devem compreender que não é o objectivo de eliminar o MPLA que nos move, pois nós consideramo-lo uma força patriótica. Isso seria mesmo um erro político, pois nós sabemos que ainda há quem

não queira o socialismo em Angola e nós sabemos também que somos socialistas.

O nosso combate pelo socialismo tornou-nos indiferentes ao insulto do novo colonialismo de certa cajuçada portuguesa e internacional. Mas prometemos-lhe que Angola não será deusa senhora. Angola será do povo angolano.

Entretanto segundo a AZAP (Agência noticiosa zairensa) a FNLA e a UNITA criaram um Conselho Nacional da Revolução integrando 24 membros. Assinaram, segundo a mesma agência, «um acto constitucional para introduzir nesta altura necessárias alterações às leis básicas do País que delimitam os órgãos da soberania que detêm o poder político na República de Angola».

Reconhecimentos

A situação militar, pelo menos aparentemente, agrava-se para o MPLA, se atendermos a que segundo as últimas informações caiu em poder das forças mistas (ver pág. 1 e 9) Novo Redondo. Foram já alguns os países que reconheceram a independência proclamada pelo MPLA, não tendo chegado ao nosso conhecimento que tenha havido reconhecimentos do governo UNITA-FNLA. Entre aqueles conta-se o Brasil, que nomeou seu embaixador, em Luanda, Ovídio de Melo ali já actuante, há muito, com a categoria de embaixador, tendo conhecido as suas boas relações com elementos do MPLA. O EXPRESSO, ainda, já há três semanas havia anunciado que o Brasil reconheceria o governo sediado em Luanda. Além deste reconhecimento contam-se o do Congo Brazzaville, Mali, Moçambique, Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe e Cuba.

Entretanto, em Kampala, o Marechal Idi Amin Dada declarou que «não respeitara nenhum dos países que reconheceram um Governo angolano com um único Movimento».

Por sua vez a Suécia saudou a entrada de Angola na família das

Nações independentes, mas reservou o seu reconhecimento até que as condições políticas estejam estabilizadas em Angola, segundo afirmou o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Siv Anderson. Idêntica posição anunciou também a Holanda. Referindo-se a Portugal, afirmou o ministro suco «os novos líderes de Portugal cumpriram as suas promessas de descolonização e este acontecimento tem grande apoio na Suécia que saía por isso com satisfação a entrada de Angola na família das Nações independentes».

Kurt Waldheim manifestou o seu apreço pelos incansáveis esforços feitos pela OUA para obter um cessar-fogo e a reconciliação nacional em Angola e a sua recomendação para a formação de um Governo de Unidade Nacional.

É de crer que continuem os reconhecimentos a nível diplomático e que ulteriores esforços venham a ser desfeitos no sentido da pacificação de Angola onde agora deparamos com dois regimes e governos: a República Popular do MPLA e a República Popular e Democrática da FNLA/UNITA instituída no Ambriz com sede provisória em Nova Lisboa, continuando no entanto a considerar Luanda como a sua capital.

ISIDRO

Do 11 de Novembro ao 18 do Brumário

João Isidro

QUANDO, hora e meia depois do início do dia 11 de Novembro, a rádio divulgou a existência de um Conselho da Revolução composto por membros da FNLA e UNITA, Portugal estava já em condições de apreciar até que ponto a sua actualidade política dá lições ao Mundo, sobretudo no que respeita à degradação do vocabulário de esquerda. Quando tudo, as pessoas ter-se-ão perguntado: «e porque não?»

Vendo bem as crises, um organismo de nome sócnico formado em Luanda significaria o mesmo: as clientelas políticas dos dois grandes competidores disputam-se o qualificativo de «revolucionários» desde 25 de Abril de 1974. E esta, inevitavelmente, original descoberta do «socialismo luso» (só comparável à da «mais-valia política») que P. de Azevedo citou no seu discurso de domingo passado, quando qualificou todos os portugueses de «trabalhadores», sem esquecer a PSP, tende a «largar-se a outras latitudes», com as desvantagens lógicas que se conhecem mas com o conteúdo fantástico que depende da vontade dos diversos fregueses do armazém do léxico esquerdista.

Um dia importante

Dado que o Governo português se recusa a discutir o futuro de Timor Leste com as forças que ocupam de forma efectiva aquele território, e atendendo ainda a

todos os interesses que se têm encarniçado a volta de saber qual o movimento de libertação será escolhido pelo ex-colonizador para transferir poderes (para já não falar nas riquezas naturais e na posição que ocupa na África Austral), Angola e sua descolonização marcaram já vários pontos altos do processo político vivido por Portugal desde há ano e meio: o 28 de Setembro surge na sequência de negociações secretas levadas a cabo por Npinola no Huacoco, dos acordos com Mobutu no Sal, e da tentativa frustrada de anular o «semu exemplo» dos acordos de Lusaka, depois do falhanço do golpe do Rádio Clube em Lourenço Marques, e o 11 de Março teve muito a ver com o rumo que as coisas tomavam no que dizia respeito às primeiras confrontações em Luanda. Não revelando o essencial dos golpes e escamoteando os contra-golpes que nas duas datas se registaram, os relatórios sobre o 11 de Março e o 28 de Setembro omitem de forma sistemática a questão principal, a saber: qual das duas superpotências ficou a lucrar, bem feitas as contas, no fim da agitação política? A qual delas serviu cada contra-golpe?

Até porque ainda está por fazer a história de acordos paralelos aos de Alvor, versando matérias que dizem respeito mais às forças políticas empenhadas em igualmente paralelos desen-

volvimentos do ajustado entre os três movimentos e a potência colonialista do que à linha de rumo prosseguida pelas autoridades portuguesas quando aceitaram o texto do dito tratado.

O dia de ontem marcou o termo de uma etapa qualificável como «do pós-25 de Abril». A partir de 11 de Novembro, o realinhamento das forças políticas portuguesas obedecerá a outras regras ou, melhor, reflectirá de forma mais fiel as negociações celebradas por potências várias quanto ao futuro do nosso País. As menos importantes das quais não serão são, decerto, as de Vladivostok, há um ano, entre os Estados Unidos e a URSS.

Anatomia da crise

«Fala-se de crise da autoridade quando esta é precisamente a crise de hegemonia ou a crise do Estado no seu conjunto» (Antonio Gramsci) — «Maquiavel, a Política e o Estado Moderno»

Em Vladivostok, no Conselho da NATO e em Helsinquia ficou bem definido a qual dos dois blocos pertence Portugal. Se em virtude desses acordos não era de encerrar a hipótese de uma tomada do Poder por parte do PCP no nosso País, o certo é que sem o Poder o principal força de apoio ao MPLA não poderia prosseguir uma política de auxílio ao Movimento de Agostinho Neto, como durante o pré-consulado de Rosa Coutinho em Luanda (de passagem se diga que o Almirante referido não raras vezes demonstrou, nesses tempos, alguma simpatia pela UNITA). Mas com o Poder por amor a Helsinquia, mal com Helsinquia por parceria com o MPLA, o PCP passou a Albuquerque.

Por outro lado, a crise de hegemonia dentro do Estado não se resume à situação de equilíbrio relativo de forças entre as diversas classes, antes se alarga pela luta quanto à redistribuição de influências das diversas clientelas políticas da classe dominante. O «Povo Unido» da época imediatamente posterior ao 25 de Abril significava um compromisso entre as duas super-potências, agrupadas na tarefa comum de salvar o essencial; salvaguardando até a velha máquina estatal herdada do fascismo, que procuraram disputar através das suas clientelas políticas a que nem sequer passou pela cabeça destruí-la.

Somada à manutenção de todo o arsenal repressivo herdado do regime depositado em 25 de Abril (os «dossiers» da PIDE, onde estão? porque se fala ainda de escutas telefónicas e de vigilância de correspondência? quantas fugas de «epídios» se preparam, e para servirem quem?.. etc.), a máquina burocrática do Estado fascista permaneceu intacta e, ao que consta, estes dois aparelhos herdados de um regime como aquele só podem servir para oprimir as massas populares, nunca para as libertar. A mais

original de todas as «vias para o socialismo» não pode servir-se, por mais inovações que invente, de um aparelho de Estado moldado por 48 anos de fascismo...

Por outro lado, a concentração de forças militares junto dos centros operários nunca atingiu tais proporções e, se for recordada a escassa vigilância existente nas fronteiras, só podemos concluir que o inimigo de todos os governos provisórios de há ano e meio a esta parte não estava lá fora, antes pelo contrário andava «lá dentro» e era o mesmo que atormentava o regime anterior.

Para os que só conseguem ver um perigo na «fira fascista», será bom recordar que nenhum dos governos anteriores ao Sexto, por mais «progresistas» que se anunciasse, inseriu no seu programa ou (e) provou por actos a vontade de desmantelar o arsenal repressivo do regime depositado. Porque o que serve o fascismo serve de igual maneira o social-fascismo, que se afugna mais real do que o mero «logano» a que certas forças ditas «de esquerda» o querem reduzir.

De modo que todo o arsenal burocrático e repressivo continuou pronto para se lançar sobre o Povo, e só a força do movimento de massas impediu, desde há meses, que tal se tenha verificado. Quanto às estratégias golpistas e contra-golpistas treinadas e com provas dadas antes de 11 de Novembro, o menos que pode dizer-se é que visam (ao serviço de interesses diversos mas não antagónicos quando passadas as grandes querelas) tirar proveito no momento próprio da acção da máquina citada, dado que o rumo já foi assinalado pelos seus anteriores detentores.

No quadro militar, tal como a nível civil, o problema da autoridade e da disciplina está colocado desde muito antes da formação do VI Governo Provisório e desdobra-se em dois pontos, que Pinheiro de Azevedo tem clarificado através dos seus discursos: a) é preciso meter o movimento popular aos elixas; b) é igualmente necessário impor a ordem nas hostes da classe dominante. Mas sinteticamente: estão criadas as condições para o bonapartismo.

A partir da liquidação prática da Assembleia do MFA como órgão máximo do poder político-militar e da concentração da capacidade decisória em 4 ou 5 grandes viragem da política portuguesa para outros quadrantes que não os do PCP estava encaminhada e, mais SUV menos TUV o Governo encontrou-se em condições de exercer a autoridade por si própria, desde o acto da posse. Não tanto por causa da concentração do poder em menos cabeças — não sucedera o mesmo durante a época do «gongalvismo», com a criação do tripartidismo? — como devido à situação política insustentável numa época em que o PCP nada mais conseguia, como base de apoio entre os elixas, que uma «frense» que escapava às previsões

de alguns analistas políticos, mesmo quando feitos a anteriores alianças ou paternidades ao MDP-CDE, MES (post-congresso), FSP e o resto.

Desta vez o que mais contou foi a explosão popular de repúdio à política "gorbaciana", que não podia entarar grandes vozes em tempos imediatamente posteriores às solenes "boas vontades" proclamadas em Heliânica. O "Documento dos Nove", e depois dos oficiais do COPCON, vieram trazer à situação política uma clarificação necessária, e se é certo que nem todos os que tomaram o comboio da burguesia nacional e da pequena burguesia e diante representadas pela "ala Melo Antunes" deviam estar no barco das boas intenções dos membros do CR, seguramente não menos verdadeiro se afigura que o ridículo máximo seria atingido pelos apoiantes do "Documento do COPCON" (do PCP à UDP, passando pela acidentada FURL, esquecidos) até das banalidades invocadas de esquerda quanto à natureza de classe das Forças Armadas numa sociedade de dominação burguesa; neste, como noutros casos, a pequena burguesia medieval procurava um patinho. Infelizmente para ela! encontrou o caldo em desgraça e se do "Documento dos Nove" ainda ficou memória, o mesmo não pode ser dito da obra teórica produzida pelos "oficiais progressistas do COPCON".

Ao tempo do "Documento" sucedeu a estalada do VI Governo, que se considera capaz de governar este País. Enquanto o PCP se esforçava por readquirir à imagem e semelhança de "antes do 25 de Abril" uma imagem "de esquerda" perdida — facto que lhe fez perder adesões inicialmente entusiásticas são os seus próprios aliados de equipa no poder que resolveram, a bem da "salvação nacional", readotar velhos "aliquis" do partido de Cambalanga feita virados contra a V Divisão resuscitada (e encaçoçada), dizendo por exemplo, "as últimas" acerca dos que preparam o fascismo através de avulsas aventuras. Apesar do estilo socco utilizado nas suas intervenções, Pinheiro de Azevedo tem vindo a demonstrar — discurso a discurso — que nos tempos em que fez parte da Junta de Salvação Nacional muito aprendeu com o ministro sem patão então paladino da ordem pública.

O reagrupamento de forças e fraquezas

O MDP-CDE existiu enquanto tirou "bases" ao PS e PPD invocando-se o papel de Sá Carneiro no MDP-CDE portuense. Morreu antes da FUR e sepultou-se com ela. O MES post-congresso existiu para criticar o "Plano Económico de Emergência" elaborado por Melo Antunes e equipe adjunta. Morreu antes da FUR e sepultou-se com ela. A FSP existiu quando o PCP quis provocar uma cisão no PS, susceptível de convencer o Partido de Mário Soares da inevitabilidade da estratégia de Salami (ou do salame), técnica a qual é necessária, feita a frita, arrancar a direcção de partidos potencialmente aliados (ou adversários) no

sentido do "construir ou pelo menos acutualizar eventuais atitudes inamistosas. Morreu antes da FUR e com ela foi sepultada. E por aí adiante...

O REAGRUPAMENTO das forças ditas "de extrema-esquerda" não ficou sem resposta, não porque o PS ou o PPD necessitassem de retporitar à unificação dos apoiantes indirectos do PCP mas devido à evolução natural da dinâmica das classes nesta situação pré-revolucionária. Em Maio-Junho de 1974 existiam 58 partidos. O facto de ter diminuído o seu número só vem explicar que cada classe e cada clientela política procura os seus representantes; e em breve veremos constituído o bloco representante dos interesses pré-soviéticos unificado sob uma direcção única.

Quanto à formação do "grande partido da direita" por que todos espem, ele advirá possivelmente de uma aliança entre o CDS e o PPD, se bem que a capacidade de negociação de ambos seja limitada. Com efeito, o próprio Mário Soares declarou já que considera mais importantes os "gacardianos" do CDS que os liberais históricos do PPD... o único óbice a este entendimento é a própria ideologia professada pelas famigeradas bases do PS, que se por vezes não vêm com bons olhos o entendimento com o PPD — sobretudo após o regresso de Sá Carneiro — muito menos estarão satisfeitos com o rumo que as coisas tomaram no caso de um entendimento entre os representantes da Internacional Socialista e os "leaders" democratas-cristãos do nosso País, também, com a tal representação internacional que falta aos popultes de moçicões desde a recusa vindo dos lados da social-democracia europeia. Não esquecendo que o CDS é o ponto de agrupamento da direita do "post-25 de Setembro", é pouco crível que o "gacardianismo" apontado por Soares seja argumento suficiente para convencer todo o Partido Socialista da conveniência de um acordo com partido tão mal visto... e se bem que os dirigentes da formação política em que milita Freitas do Amaral se esforçam por passar por cima do PPD no que diz respeito aos acordos com o PS, não falaria quem apontasse a dedo uma aliança (um tanto espúria) entre os mais conservadores interium ligados aos norte-americanos com a ala liberal, mais europeia, representada na Internacional Socialista. Claro que estes apontamentos nada mais são que sugestões de análise conjuntural, partindo das forças políticas que apoiam o VI Governo ou não participam com "a dose de pe" que achem conveniente. Porque de fora, ficou o movimento operário e a sua capacidade de unir a si, para além do campesinato, a pequena burguesia instável e a até de neutralizar sectores da média burguesia, incapazes de participar numa Frente com ideário utópico ao professado pelos militares que resolveram por fim a instrumentalização constante vinda de um ou do outro representante das duas superpotências. É este é um factor a ter em conta para quem queira compreender o papel de "bompartu português".

SIVA. Vicente Jorge

Pinheiro de Azevedo:

Resposta à direita

Vicente Jorge Silva

DEPOIS do suspense de sucessivas "semanas decisivas", os últimos dias terão desfecho, talvez em definitivo, as situações que ainda subsistiam sobre uma superação sem convulsões e afrontamentos graves da actual crise política. E é bem possível que, domingo à tarde, no Terreiro do Paço, a mecha tenha vindo os últimos centímetros de rastilho que a separavam da carga explosiva: resta saber apenas se um imprevisto — o último que ainda reste — poderá deter, no segundo derradeiro, o que parece de todo inevitável. Para já, o fio do "equilíbrio instável" rompeu-se. E não só porque o Terreiro do Paço foi um patético cenário de confusão e pânico, marcado pelo rebelemos e pelas rajadas de metralhadoras. De facto, tudo indica que, por causa desse cenário, as palavras de Pinheiro de Azevedo terão passado para segundo plano ou sido quase reduzidas a uma abstracção literária. Basta ver os títulos de A CAPITAL de antontem: "O socialismo que pretendemos é o que conduz à sociedade sem classes"; "As vitórias decisivas são as feitas que os outros"; "Só que, para além dos slogans evasivos já de sentido — porque retomados indiferentemente pelas mais diversas forças políticas —, Pinheiro de Azevedo não se limitou a fazer mais um discurso, mais ou menos elavado de retórica, na sequência das suas allocuções anteriores no Porto e em Faro. No Terreiro do Paço, o primeiro-ministro anunciou inequívocamente que a balança do poder deixara de ter um fiel: agora tratava-se de desafiar o peso de cada prato. Ao apelo às alianças de "todas as forças de esquerda" presente nos discursos do Porto e de Faro, as generalidades suficientemente vagas para poderem permitir interpretações conformes a vários gostos e tácticas, sucedeu, no "domingo passado, a exposição sumária de algumas ideias que já são admitidas segundo as leituras.

Que poder popular?

Assim, descrevendo as várias tendências que se delimitam no terreno político, Pinheiro de Azevedo dividiu o campo em dois. De um lado, as tendências "que, radicalizadas, defendem soluções centralizadas, indolentes ou mais respectivamente sentimentais populares, e a que defende soluções racionais e prudentes, o mais possível respeitadoras do consenso popular". E concretizando: "Algumas das radicalizadas, os socialistas, reconhecem a sua posição na sequência, o primeiro de soberania popular.

lar. Mas enquanto que estas adotam formas de soberania directa, defende a última maioria de soberania representativa. Falas ainda aquelas em poder popular. E preciso que nos entendamos sobre esse conceito. Também su defende, e os que estão consigo defendem, o poder popular. Mas não o poder popular arbitrariamente exercido à margem de um corpo de leis, antes canalizado, através do mecanismo da representação, para aqueles que, em relação a cada acto do poder, tenham pela maioria do povo português sido considerados seus representantes". Nesta perspectiva, depois de ter desafiado os opositores do VI Governo, isolado na "assessabilidade da hierarquia e da disciplina militar em todos os níveis e a todos os níveis" (com a denúncia dos "soldados e oficiais encapotados"), aproximado a extrema-direita da extrema-esquerda, o primeiro-ministro sublinhou: "E por isso que, custa o que custar, as armas têm de regressar aos quartéis, os julgamentos aos tribunais, os trabalhadores ao trabalho, a calma à rua, o civismo aos cidadãos, Portugal à transequilidade e ao entendimento entre todos os seus filhos."

Esta velha linguagem de direita — evocativa, em algumas passagens, de certos discursos de Spínola quando presidente da República — será justificável por razões tácticas, por necessidade de ganhar tempo, mantendo ligada ao Governo uma vasta base social de apoio, susceptível de desmobilizar uma ofensiva ministerial da extrema-direita ou um golpe de esquerda, que abriria rapidamente o campo, nas condições actuais, a um regresso em força do inciar? Não parece ser, com efeito, a argumentação perfiada pelas forças identificadas com o VI Governo. Só que o Poder é sempre prisioneiro dos seus compromissos e da natureza das suas alianças. E em política — disse alguém bem conhecido — "o que parece é".

O jogo das alianças

Por outro lado, a tomada de posição de Pinheiro de Azevedo — pelas consequências que comporta — tem um preço evidente. Ao apontar para a defesa e o reforço do actual aparelho de Estado e das instituições características da democracia burguesa, o primeiro-ministro revela a orientação expressa no documento de ligação Povo-MFA colocando-se acclivadamente sob a égide do Plano de Acção Política.

Recordar-se que estes dois documentos aprovados quase na mesma altura apesar do antago-

nismo das respectivas linhas de força, em assembleia de delegados do MFA exprimiam já nesse momento o jogo de compromissos equívocos com que o MFA pretendia ultrapassar a crescente agudização das contradições que estalavam no seu seio.

Nestas condições, o bloco "gongalvista" marginalizado depois da reunião de Tancos — e na sequência da suspensão das actividades da 5.ª Divisão — poderá vir agora a contar com a aliança precisa que aliás se discernia já com clareza, do grupo de "charrleira" (até há pouco dividido entre o apoio condicional ao VI Governo e a sua reclamada adesão a posições de esquerda) que engloba oficiais como Celso Saraiva de Carvalho e Carlos Fabião. Ao apressar a ruptura no interior das Forças Armadas teria Pinheiro de Azevedo tentado uma jogada de antecipação, servindo-se como caução de legitimidade popular das manifestações maciças que o PS e o PPD têm promovido em apoio ao VI Governo? Esta parece ser a explicação mais plausível, mas uma resposta que não se impõe actual é necessariamente uma falsa resposta, a não ser que o Poder a assumia até às últimas consequências, substituindo-se ele próprio à intervenção "exterior" da extrema-direita. Por outro lado, a defesa de um aparelho de Estado que conserva ainda essencialmente a estrutura que lhe foi legado pelo fascismo, conduz à criação das condições orgânicas que propiciam, juntamente, o processo de recuo em cadeia até ao regresso definitivo da "velha ordem". Além disso procurar responder ao impasse dos órgãos do "Poder" — e as dinâmicas "putehistas" — com uma dinâmica eleitoralista deriva de outro equívoco essencial: o de que, numa situação de crise generalizada — política económica e social —, é possível contra e regular as manifestações e contradições de movimento de massas pelo recurso às urnas e à delegação de poderes. O exemplo dos sindicatos parece a esse respeito, especialmente instrutivo. Ora, no seu domingo de domingo, Pinheiro de Azevedo fez apelo a um voluntarismo retrógrado e, finalmente inconsequente: voluntarismo porque o Poder actual não dispõe de meios de intervenção efectivos para resolver as contradições com que se debate; retrógrado porque joga numa lógica política de natureza burguesa completamente desaziada da dinâmica revolucionária. E é aqui, precisamente, que reside o centro nervilógico da questão: onde



Pinheiro de Azevedo com Sarmento Pimentel: Saucedas da Primeira República?

o "putchismo" do PCP e aliados e o eleitoralismo de que se reclamam o PS e o PSD (todos eles jogando nos respectivos blocos militares de apoio) não há alternativa para a crise. Uns e outros reciprocamente neutralizados anulados pelas jogadas do antagonista, limitam-se a uma instrumentalização paritária das camadas sociais de que fazem as respectivas "tropas de choque".

Neste campo, se o "putchismo" do PCP e o triunfalismo esquerdista — tomando ambos a suavez por juno — empurraram larguíssimos sectores das classes populares para o campo da direita também é certo que a ausência de um projecto revolucionário consequente e autónomo à esquerda do PCP permitiu que o partido de Álvaro

Cunhal recuperasse a seu favor grande parte das expressões actuais do movimento de massas que continham efectivamente gérmens de transformação revolucionária da sociedade e o caso das comissões de moradores e trabalhadores.

PCP toma posição

Entretanto, a comissão política do Comité Central do PCP, comentando o movimento social, ao mesmo tempo afirma que o "acelerado isolamento do VI Governo em relação ao povo trabalhador é um facto", adverte: "Os que, ambalados na viragem à direita, pensam afastar do Governo as influentes comissões que dele fazem parte, não devem ter dúvidas que com isso mais agravariam a situação e agudizariam bastante mais as tensões sociais e políticas em que o país está a viver". Em duas palavras: se o VI Governo é mau: tirem-lhe o PCP e ficará ainda muito pior... Mas, um pé

dentro, outro pé fora, o PCP, fiel à tática que tem seguido nos últimos tempos — concretamente, desde que perdeu posições preponderantes no aparelho de Estado — apela de seguida para a "mobilização vigilante de todas as estruturas do movimento popular de massas, dos partidos políticos de esquerda, de todos os revolucionários, seja qual for a sua filiação partidária".

As grandes manobras

A este respeito, o plenário do último fim-de-semana das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, a que estiveram presentes delegados de 115 CT's, voltou a evidenciar a ofensiva do PCP — com a sua conhecida capacidade organizativa e de manobra — no interior das estruturas de poder popular, procurando vinculá-las à sua estratégia paritária de assalto ao aparelho de Estado. Assim, desde a manifestação promovida a 23 de Outubro passado pelo secretário-providório daquelas CT's — onde predominava a linha PCP — até às tomadas de posição agora divulgadas, a tónica recai sempre num ataque ao VI Governo claramente direccionado com a perspectiva de oposição corresponsa que o partido de Álvaro Cunhal persegue insistentemente face ao gabinete Pinheiro de Azevedo. Isto, apesar da corrente que no seio das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa se demarca da manipulação desenvolvida pelo PCP, tentar marcar uma posição de denúncia do controlo exercido por aquele partido. De qualquer modo, o facto é que se misturam as estruturas orgânicas existentes do poder popular — a da Cintura de Lisboa — e o PCP que domina,

E já no campo da vida sindical, quando a construção civil entra em greve, é o PCP — e Cunhal lançou o desafio no seu "frente à frente" televisado com Soares — que faz ouvir a sua voz.

Enquanto as grandes manobras dos três partidos principais seguem avante, a extrema-esquerda integrada na FUR lança com insistência a sua espostanista da insurreição armada, como necessidade imediata. Na segunda-feira, coabou ao PRP — em conferência de imprensa, com Isabel do Carmo e Carlos Antunes — a vez de vir dizer que "estão reunidas as condições para que as massas trabalhadoras tomem o poder, até porque — defendeu Isabel do Carmo —

"as forças de direita não têm exército". Trata-se, segundo os dirigentes do PRP, de evitar a guerra civil. Neste sentido, é esse do "golpe de esquerda" — que o PCP periferiza — o PRP — e outras organizações da mesma zona política — opõem a tese de "insurreição". Mas "insurreição" com quem, integrada por que forças, com que direcção política? Mistério. De qualquer modo, o voluntarismo esquerdista agapano não por acaso como contraponto de escatológica implantação e impoética política das forças que dele se reclamam. No caso do PRP, depois da lição fugaz dos Conselhos Revolucionários (dezembro-57), jogou-se agora também no terreno da insurreição militar. Os SUV que só surgem depois de extinta a 5.ª Divisão e de marginalizada a linha "boncarrista".

De qualquer modo, o vazão do Poder é um alvo em campo aberto. A espera — enquanto se ajeitam as baterias.

SAMPALLO

car
to
esquerdo

por Jorge Sampaio

Atenção ao exemplo...

NÃO HÁ REVOLUÇÃO sem luta pelo poder. Também esta se não faz sem um confronto entre as várias classes sociais.

Os nossos teóricos têm alimento diário para a sua actividade, em doses de tal maneira industriais, que ninguém terá dúvida em afirmar que neste domínio se ganhará, sem dúvida, a já um tanto esquecida batalha da produção.

Mas é curioso assinalar como tem andado esquecida uma ideia que fez há tempo o seu acordar neste processo: a importante questão do pluralismo no processo revolucionário.

Não há sociedades socialistas ou na transição para o socialismo (neste caso, que estejam de facto em transição para ele) em que esse problema não deva aparecer, fundamentalmente ligado, como anda, à composição do bloco social de apoio à revolução.

Os principais condutores da revolução portuguesa enchem-nos os ouvidos com a enumeração, sempre muito cuidada, das várias classes sociais ou fracções de classe que deverão compor esse bloco. Mas a realidade está aí a provar que se encontra por descobrir uma síntese operacional que, assumida pelos condutores do dinâmica político-social, vá na prática reforçar esse bloco em vez de o estreitar ou aniquilar.

A importância do processo revolucionário português para a esquerda europeia residiu na renovação que os seus componentes de partida poderiam representar na transição para o socialismo.

Tinhamos, por um lado, o Movimento das Forças Armadas e a legitimidade revolucionária para ele resultante de ter desencadeado o 25 de Abril. Com isso, e pela primeira vez na Europa recente, as Forças Armadas — ou parte decisiva delas — estavam do lado da transformação social. A esse arranque foram a maior parte dos partidos políticos buscar a sua legalidade, sem o que, ou nem se teriam criado ou estariam remetidos a uma clandestinidade que não quadra, é o menos que se pode dizer, à maioria deles e à respectiva composição social. Há ainda quem se lembre.

Víamos a ter, logo a seguir, a criatividade e energia de importantes camadas das classes trabalhadoras que, à mingua de um projecto global e unificador e de uma eficaz e verdadeira direcção política, forneceram, apesar disso, os argumentos indispensáveis a muito do que, por enquanto, consideramos adquirido para o indispensável arranque na transformação das estruturas económico-sociais, sem o que não há, sequer, o início de transição para o socialismo.

Tivemos, é certo que ainda em termos de esquerda clássica, dois partidos (PC e PS) com legitimidades diversas, diferente tradição e programas distintos mas que reuniam em si mesmos o que de mais importante e decisivo poderia haver num bloco social de apoio à revolução.

Quer dizer: em poucos meses, aí estavam os ingredientes indispensáveis para, na situação de profunda assimetria, desigualdade e opressão sociais existentes, se desenvolverem e fortalecerem as condições indispensáveis a uma transição verdadeira. Mais: os elementos descritos poderiam ter constituído a base indispensável para, através de uma prática rica com esta nossa veio a ser, se assegurar, radicar e desenvolver um verdadeiro pluralismo dentro das classes que compunham o bloco social de apoio à revolução, dando-lhes, também, a importante vantagem de serem elas a definir o curso da revolução, a forma de síntese entre as várias legitimidades, o lugar e a função de outras camadas que, não entrando, nem de facto podendo entrar, como a história bem o demonstra, naquele bloco, não podem nem devem ser arredadas, como se inexistentes, da nossa realidade nacional, como parecemos pretender alguns dos nossos recém-chegados ao tablado político.

Não custa perceber, portanto, o interesse do mundo, e muito em especial da Europa, neste nosso rectângulo. Já é muito mais difícil de aceitar, sem algum desespero, que nos tivéssemos preocupado mais em gritar contra a chamada direita internacional (que sempre seria e será nossa inimiga mas que até agora esperou mais pela nossa rouquidão do que se preocupou em provocá-la directamente) e não nos tivéssemos dado conta do sentido em que deveriam ter actuado os nossos deveres internacionalistas. E estes residiam em termos tido a capacidade para fazer a síntese, na acção, entre aqueles componentes, em termos percebido que muito da renovação indispensável e urgente para a esquerda europeia se jogava, talvez decisivamente, em Portugal.

Deixámos (ou deixaram?) o MFA perder o seu verdadeiro lugar, votada a sua legitimidade a campo de eleição de confronto político e de luta partidária. A incompetência de uns e a tática partidária de outros não chega para apagar a necessidade de um projecto político destinado às verdadeiras forças armadas interessadas na construção do socialismo. Só com base naquele é possível reconstituir a disciplina e a coesão, que não se erguem com palavras, demagogia pseudo-revolucionária ou repressão, mas apenas quando à volta de uma plataforma política se encontra o verdadeiro lugar para as forças armadas na defesa da revolução.

Deixámos (ou deixaram?) cavar um fosso, que vai crescendo em vez de diminuir, entre o PC e o PS, sem que ambos (negligente ou intencionalmente?) se tenham dado conta de que, na impossibilidade de uma vitória unilateral (e haverá ainda quem pense nela?) era precisamente da síntese temporal, e para a situação concreta, dos seus projectos políticos programáticos que tinham sempre de brotar as possibilidades próximas da construção do socialismo em Portugal e pelo menos, no futuro, em largas áreas da Europa mediterrânica.

E continua a não se ver que, para nós e para toda a Europa, o PC tem de explicar o que entende por pluralismo, ao menos dentro do processo revolucionário? E que o PS tem de nos explicar, a nós e a toda a Europa que pretende renovar a esquerda, como concilia a construção do seu socialismo (qual?), com o sistema de alianças e de fobias que apresenta na prática concreta portuguesa?

Comprazem-se algumas forças dominantes em criticar todas as formas embrionárias de poder na base, sem que compreendam (ou exactamente porque bem de mais o percebem) residir nelas, uma vez assentes e libertas de toda a manipulação partidária, a essência de um socialismo não caricatural e desburocratizado?

Isto tudo, que é essencial, não estará perdido. Mas acontecimentos recentes — debate na televisão e Terreiro do Paço — mostram que já não há muito tempo. E isto porque, a continuarmos assim, teremos de voltar aos livros para descortinarmos uns perfumes de socialismo. Será tudo quanto a direita (e não só a extrema direita, como alguém responsável nos quer fazer crer) nos reservará para consumo.

A Europa que nos interessa — e não só — jamais nos perdoará ...

O quase-fim dum império colonial

ONTEM, dia 11, Angola tornou-se, em termos de direito internacional, um Estado independente. Processou-se assim a conclusão de mais um processo descolonizador iniciado a 25 de Abril de 1974.

A polémica apaixonada que rodeou a posição portuguesa sobre a chamada questão angolana, as teses em confronto que suscitaram a adesão ou a rejeição de partidos e dos cidadãos portugueses — tudo isso fez com que não haja ainda hoje perspectiva suficiente para se poder encarar friamente o significado político global de 11 de Novembro de 1975.

Mas, se carecemos dessa perspectiva, já podemos, ao invés, recolher lições parciais do grande acontecimento que foi ontem o acesso de um novo Estado de língua portuguesa à independência.

Por um lado, Portugal vai pondo termo a uma história de domínio colonial, que muitas vezes foi a história da exploração de outros povos por minorias privilegiadas que detinham ou condicionavam o poder colonial em Lisboa.

A exploração dos povos asiáticos, africanos e oceânicos por portugueses, mesmo nas colónias ditas de fixação, acabou sempre por reverter no benefício exclusivo da classe dominante em Portugal.

Aqueles portugueses que serviram de instrumento desse domínio só em tese podem ser acusados como os grandes responsáveis de todo um passado colonialista.

É ao sistema capitalista, e ao seu prolongamento colonial que se deve ir atribuir a quota parte maior dessa responsabilidade que a História não esquecerá.

Seria, por outro lado, esquecer uma parte do passado do povo português deixar na penumbra aqueles — e bastantes foram — que, nas colónias, em condições tantas vezes adversas de existência, deixaram algum contributo para o progresso económico, para a libertação social, para o avanço político daquelas sociedades.

Se é verdade que o peso do colonialismo oprime as próprias sociedades colonizadoras, também o é que nelas apareceram e delas se projectaram homens que souberam compreender e apoiar o caminho irreversível da emancipação dos povos colonizados.

Com a independência de Angola, Portugal dá um passo histórico também no rumo da sua vida colectiva — encerra a fase gálica, iniciada com o ascenso da burguesia moderna e com a expansão colonial, encontrando na descolonização uma razão mais da sua efectiva e total democratização.

Nestes como noutros momentos, há quem se menos os sacrifícios passados dos colonizados do que os sacrifícios presentes de colonos e colonizadores. Há quem aponte erros, omissões e sobretudo custos humanos e materiais da descolonização.

Ninguém pode, sob pena de dogmatismo irrisório, ignorar esses custos, minimizar alguns pequenos e grandes dramas decorrentes da descolonização.

Mas, nenhum processo de descolonização se fez sem sobressaltos, sem vítimas, sem violências físicas ou morais, sem choques humanos. Seria mesmo quase impossível que uma situação de violência institucionalizada terminasse sem sequelas. Seria uma utopia esquecer as forças externas que condicionam — e com que voracidade — o destino de Estados que começam a dar os seus primeiros passos independentes.

18 meses depois do 25 de Abril, apenas Timor resta do império colonial herdado em convulsão do salazar-caetanismo.

O EXPRESSO, que desde sempre — antes e depois do 25 de Abril — desempenhou um papel permanente de defensor da autodeterminação e independência das colónias, que sempre esteve na vanguarda da informação respeitante à libertação política e económica daquelas colónias, sente hoje que a luta que travou não foi em vão.

A História, um dia, dirá com que tenacidade, coerência e coragem suportámos os desafios sedutores dos neocolonialismos económicos ou estratégicos — e estivemos efectivamente, sem grandes tiradas ou demagogias partidárias, do lado dos oprimidos e explorados pelo domínio colonial português.

Crimi, Bruno

De Madrid
escreve

Bruno Crimi

“O grande e trágico equívoco”

A DESCOLONIZAÇÃO portuguesa tem sido exemplar pelas ideias que até m conduzido. Estaria tentado a dizer, sem sido exemplar mesmo que na prática, se não tivesse concluído sem a tragédia angolana. Recordo, como se fosse hoje, um dia de Maio de 1974. O primeiro Governo português, provido por Palma Carlos, tinha sido nomeado há poucos dias. Meia hora depois de ter sido nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares seguiu de avião para Dakar onde, pela primeira vez, na qualidade de representante oficial português se ia encontrar com os dirigentes do PAIGC da Guiné-Bissau.

No regresso da sua viagem, encontrei Mário Soares no Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde entrava pela primeira vez em toda a vida. Encontrei-o num corredor, e ele, no labirinto de salões, não conseguia encontrar a sua gabinete, tendo de ser um contínuo a ajudá-lo. Era uma situação cômica que retratava bem a atmosfera portuguesa daqueles dias.

A entrevista que me foi concedida por Mário Soares foi uma das primeiras que concedia como Ministro dos Negócios Estrangeiros. Interroguei-o sobre as intenções do Governo nos confrontos sobre o problema africano: “Temos a intenção de descolonizar e não de neo-colonizar”, respondeu-me. E acrescentou: “Portugal não tem a intenção de reconhecer os movimentos fantoches que afirmam bater-se nas colónias”. Mário Soares, fez-me então uma lista dos movimentos que o Governo ia reconhecer, ou melhor, com os quais o Governo estava disposto a estabelecer um diálogo.

Tratava-se do PAIGC na Guiné-Bissau, da FRELIMO em Moçambique, e no que se referia a Angola, do MPLA, a FNLA e a UNITA. “Estes três movimentos batem-se no terreno com as armas na mão, e é natural que Portugal leve este facto em consideração”, disse ainda Soares.

A entrevista do Ministro dos Negócios Estrangeiros foi publicada com bastante relevância na minha revista, “Jeune Afrique”. Imediatamente a seguir, Agostinho Neto reagiu com uma certa surpresa às declarações de Mário Soares. O presidente do MPLA encontrava-se em Argel, e numa conferência de imprensa, afirmou que “não acreditava que o Governo de Lisboa se pretiasse a reconhecer a FNLA e a UNITA como movimentos combatentes”. Dói-se vê que eram claras as suas intenções, como eram claras as intenções dos portugueses.

O grande e trágico equívoco nascia menos de um mês depois da revolução do 25 de Abril.

Equívoco porque? Porque segundo Agostinho Neto era lógico, natural, ideologicamente correcto que o novo Portugal concordasse ao MPLA um reconhecimento que, pelas razões apresentadas, não podia nem devia conceder aos outros dois movimentos. Para o MPLA, a FNLA e a UNITA eram organizações enfiadas respectivamente ao imperialismo internacional e ao colonialismo português.

Se Portugal não tentava reconhecer os “movimentos fantoches”, então, não devia dar nenhum crédito às organizações de Holden Roberto e Jonas Savimbi.

O Governo de Lisboa era movido, para além de outras considerações, por motivações de “Realpolitik”.

Mas antes de examinar este aspecto do problema é necessário recordar qual era a situação de Angola no momento em que os “capitães” tomavam o poder em Lisboa. Na maior “provincia” portuguesa de África, a guerrilha não era por certo comparável à da Guiné-Bissau onde o PAIGC controlava mais de dois terços do território. No que se refere a Moçambique é útil recordar que um relatório do departamento de Estado americano do final de 1973 punha a claro que a FRELIMO estava partindo o país em dois e que “uma vitória militar dos guerrilheiros contra o contingente militar português não se pode excluir”. Assim tanta na Guiné-Bissau como em Moçambique as tropas colonialistas estavam na defensiva.

O que sucedia entretanto em Angola? A FNLA tinha já intensificado a acção armada partindo da fronteira do Zaire, limitando-se, todavia, a incursões que não tinham o carácter de uma ocupação territorial. A UNITA instalava-se numa região central do país e não dava grandes sinais de vida. Quanto ao MPLA, ocupava uma parte da espessa floresta de Cabinda, enquanto que no leste a sua acção armada era particularmente reduzida.

Mas o que é importante, é o MPLA estar em conflitos internos há mais de um ano no momento da "revolução dos cravos". Daniel Chipenda, que há pouco era ainda considerado como um prestigioso chefe militar, estava em ruptura aberta com Agostinho Neto, e alguns dos seus homens foram acusados de ter organizado um "complot" contra o Presidente do Movimento, e eram condenados à morte e executados.

Nesta situação, o verdadeiro artifício da descolonização portuguesa, isto é o Comandante Melo Antunes, pensava que o único modo para sair do impasse angolano era o de promover a unificação dos três movimentos de libertação, e seu acordo em formar um governo provisório de coligação, que até ao momento da independência teria podido estabelecer uma coexistência pacífica dos três movimentos, apaziguando os seus contrastes no superior interesse de todo o povo angolano. E evidente que se tratava de uma solução quase perfeita, e claramente aperfeiçoável. Mas no papel.

Na realidade e projeto português que os três movimentos aceitaram quando da sua reunião de Mombaca e que depois se concretizou nos acordos de Alvor, era absolutamente utópico. E por algumas razões, absolutamente precisas:

1) Não levava em consideração o conflito histórico, gratuitamente inexistente desde o final de 1961 entre o MPLA e FNLA.

2) Não tinha em conta que sendo as opiniões ideológicas do MPLA e da FNLA dificilmente conciliáveis, a formação de um Governo de coligação resultaria certamente numa luta para e simples pelo poder.

3) Não levava em consideração que as eleições previstas pelo acordo da Fimela, eram tecnicamente impossíveis. Sem contar, que o problema dos refugiados angolanos no estrangeiro, e particularmente no Zaire, era de muito difícil solução.

Quanto eram na realidade estes refugiados? Trezentos mil, como afirmava um organismo da ONU ou, muitos mais, cerca de 1 milhão, como afirmava Holden Roberto? E, quem faria o reconhecimento destes refugiados? Ficavam com a impressão, logo a seguir ao acordo de Alvor, que Portugal se estava empenhando na descolonização de Angola sa melhor das boas fés e crendo na lealdade dos seus interlocutores.

No entanto, em política a lealdade não existe. Sobretudo quando é o poder que está em jogo. E Portugal, não podia deixar de o saber, e admitindo ainda a sua "salvo" deveria no entanto ter-se dado conta da realidade logo após os primeiros dias da instalação do governo de coligação em Luanda. Realmente, quais foram as medidas tomadas por Portugal, para fazer respeitar o acordo de Alvor. Um acordo que era certamente uma plataforma válida, se tivesse havido meios e vontade política de o impor.

Segundo o protocolo de Alvor, as forças militares deveriam limitar-se a 8000 homens por cada movimento e deveriam progressivamente integrar-se.

O que sucedeu afinal? Desde o final de Janeiro assistiu-se a uma "escalada" militar dos três movimentos que não podia deixar dívida quanto ao seu fim. Entretanto, as forças armadas das organizações nacionalistas, em vez de se integrarem, combateram-se, abertamente. O que fez Portugal, para evitar esta escalada?

Desde o princípio de Janeiro, começou a juntar-se em Angola uma quantidade impressionante de armas, destinadas aos três movimentos. Entretanto no país eram armadas militares e militares de pessoas, que não tinham recebido nenhum treinamento militar, e o que é mais importante, nenhum adestramento político. O que fez Portugal, para evitar tudo isto?

Portugal deixou andar, entretanto a violência integrava-se dia a dia na lógica dos factos. E agora importante, neste ponto, por a claro se 24 000 homens de que Portugal dispunha em Angola não eram suficientes para impor o respeito do acordo mesmo que Lisboa tivesse efectivamente a intenção de garantir a sua aplicação.

Desde o momento da criação do Governo de coligação em Luanda, assistiu-se em Angola, à política do facto consumado. O MPLA pôs Portugal perante o facto consumado da expulsão da capital dos dois outros movimentos. E Portugal deixou-se pôr. Os três movimentos passaram Portugal perante o facto consumado da guerra civil. Portugal deixou-se pôr.

O MPLA espera que Portugal saia deste equívoco e lhe conceda o reconhecimento que dentro da política lógica. Mas Portugal, em condições de crise económica desde Março de 1975, não podia tomar uma posição clara. O "neutralismo activo" de que falava, não era outro senão o de deixar os outros fazer, deixar que o massacre se completasse. Portugal está sujeito a enormes pressões interacionais. Aos olhos do ocidente, e particularmente dos EUA, o apoio ao MPLA significa a abertura da porta à União Soviética, em África.

É um facto que a URSS não se integrou nunca - fundo no continente. E que pela primeira vez na história se assiste, a uma coligação, contra a União Soviética, da China e dos Estados Unidos. Sobre as costas e sobre a pele do povo angolano naturalmente. E Portugal, hoje, por não ter estado à altura - por causa também das suas contradições internas - de garantir uma descolonização ordenada e construtiva de Angola, tornou-se num espectador passivo de uma catástrofe das mais cruéis da história de África.

* BRUNO CRIMI - 35 anos, é um jornalista italiano que se interessa, há vários anos pelos problemas da África portuguesa e Portugal. Publicou vários livros sobre o assunto, entre eles "Guin-Bissau uma Revolução Africana", "Guerra Revolucionária em Moçambique", "A Primavera de Lisboa".

É redactor e enviado especial do semanário "Jeune Afrique" e colabora em vários jornais e revistas em França e em Itália.

PEREIRA, J. Vaz

“Portugal, 50 anos de ditadura”: uma lição

José Vaz Pereira

“PORTUGAL, 50 anos de ditadura” (Portugal. Fifty years of dictatorship), um estudo de António Figueiredo sobre os regimes de Salazar e Castano, é um livro oportuno nesta semana em que desapareceu a permanência portuguesa em África, isto porque, numa derradeira fase, colonialismo e fascismo apertaram-se e ficaram parte dum imperialismo de resguarda fraca que accedera tarde para uma tarefa que iria revelar-se superior às suas forças. Lembremo-nos que quando se “ia para Angola e em força” já, nos países recém-independentes do continente africano, o neo-colonialismo desenvolvia as suas manobras.

Em 1958, o general Humberto Delgado na sua candidatura para a Presidência da República sacudiu as tradições paralisantes da oposição portuguesa e o velho princípio do abaixo assinado. Delgado que vivera longos períodos no estrangeiro onde chegou à conclusão que “as coisas andavam mais depressa e as pessoas não eram tratadas como um rebanho de carneiros”, adoptou um estilo de campanha directa, táctica táctica, que não tardou a ser apoiada pelo país inteiro numa vaga impetuosa. A sua candidatura superou-se largamente à do candidato de União Nacional, o almirante Américo Thomas e, vista em comparação, ultrapassou em peso e dimensão, as históricas candidaturas de Norton de Matos e de Quintão Meireles.

A novidade do feldensero Delgado era ele não vir da oposição mas do regime. A sua célebre conferência do “Chave d'Ouro” — obviamente, demito-o — stressou o país como uma corrente eléctrica, provando que o general da Força Aérea (no activo, outra novidade) radicalizara posições em relação a um homem que desde 1932 (seme ano, Salazar tornara-se Presidente do Conselho, com Camões na Presidência) assumira controlo completo de Portugal.

As eleições foram consideradas uma “fantocheada”. O recenseamento, além de parcial, era restrito. Numa população de nove milhões, votou apenas perto de um milhão. Os verdadeiros resultados não foram conhecidos e provavelmente nunca o serão.

Mai refêto deste choque, o regime levou tempo a reconhecer o Silego. O I.º de Maio após as eleições foi particularmente violento tendo as forças militarizadas aberto fogo sobre os manifestantes na Praça do Comércio, matando alguns diácos.

Em Janeiro de 1961, novo golpe de teatro, um comando sob direcção de Henrique Galvão, apoiada-se do transatlântico português de 25 000 toneladas, o “Santa Maria”, ao largo das águas territoriais venezuelanas. O paquete navegava para o sul, crimiado de “Santa Liberdade” e inicia uma gigantesca operação publicitária anti-regime. A imprensa internacional, hoje acusada de servir o fascismo (as pessoas tem má memória) transformou o rapto do

nauio num acontecimento mundial.

Em Março e já depois de se terem registado “alterações da ordem” em S. Tomé (1953), Nigéria em Guiné-Bissau (1963), Moçambique no Norte de Moçambique (1960), dão-se “acontecimentos graves”, como pudicamente escreviam os jornais de então, em Angola e que lançam, apesar de tantas nuances se acumularem no horizonte, espanto e incógnita em Portugal.

Escreve António de Figueiredo: “Contado, em 15 de Março de 1961, Angola era abalada pelas notícias de que grupos de africanos armados, aparentemente vindos do Congo-Leopoldville, atacaram várias quintas, plantações e postos administrativos, deixando centenas de colonos — homens, mulheres e crianças — massacrados ao desperter.

A reacção portuguesa foi instintivamente brutal. Apesar do facto de, ao tempo, as forças militares em toda a Angola totalizarem apenas 3.000 homens, a população civil portuguesa era suficientemente superior em recursos tecnológicos e em mobilidade para improvisar a sua defesa. A fábula do édio racial incendiou-se e os colonos lançaram uma guerra de genocídio. A história deste episódio trágico nunca será correctamente escrita: estimativas dos mortos variam entre 20 000 e 60 000. Mútrias sem conto calram sobre mais de 200 000 africanos que fugiram para o Congo, muitas morrendo de exaustão, doença e

subnutrição. Testemunhas oculares e os seus testemunhos levam a concluir que esta foi um das grandes tragédias da história colonial portuguesa”.

Paradoxalmente, este golpe de molitor veio dar uma segunda vida ao abalado regime de Salazar. Isto abriu para uma sanidade patriótica, mobilizou milhares de homens para a cruzada (houve outros descolonizavam) e o hinc “Angola é nossa” irrompeu em todos os emissores. As tentativas para discutir, para criar debate nacional num problema que interessava a todos os portugueses foram anedadas com o argumento de que “o momento não era para comícios”. A hipótese de aventar sequer a possibilidade de negociações com movimentos de libertação era rotulada de traíção nacional. O solitário reino do “orgulhosamente só” começava a continuar mesmo depois da morte política do ditador, quando caiu dum cadeira de Jona no forte de S. Julião da Barra sendo declarado “incapacitado” por um neurocirurgião americano e por uma equipa de especialistas e que acabara por ser substituído por Marcelo Castano, após um interesse dramático em que “nada sucedeu”, algo comparável à actual paralisia madrilenha, após a doença de Franco.

Mas na história dos cinquenta anos, mesmo nesse momento, há um passo que o livro de António Figueiredo — indispensável para se ficar a conhecer o que foram

decênios e decênios de exploração, autoritarismo e neurasenia — talvez não sublinhe devidamente. Esse ponto é a batalha da juventude que o governo estava a perder nas universidades. As greves académicas de 1961-1962 mostram que as novas gerações, até ali em grande parte indiferentes por causa do selectivo recrutamento social de que eram o objecto, tornaram-se opositoras. Por outro lado, o número de desertores por motivos ideológicos, aumentava. Entre as classes universitárias, as guerras do Ultramar não eram consideradas justas.

Colapso e libertação

Era preciso regressar ao passado para encontrar as raízes do impacto, se não da determinação de que as "provincias ultramarinas" e particularmente Angola têm sido em Portugal no período 1961-1975.

Também aqui, a revelação mais dramática partiu d'um homem do regime, o capitão Henrique Galvão que fora director da Empresa Nacional, director de Feiras e Exposições (organizara a exposição de 1940, chamada dos "Centenários" e toda ela um verdadeiro estereótipo da mentalidade colonialista e fascista) e ainda alto funcionário do Ultramar.

O relatório de Henrique Galvão sob as condições de trabalho do indígena, foi "abafado", apesar de largas resenhas terem sido comunicadas ao conjunto de senhores-sim que então constituíam a Assembleia Nacional.

Só muitos anos mais tarde, em 1961, a imprensa inglesa publicou largos excertos dum relatório que afirmava que "só os mortos estavam isentos do trabalho forçado".

"Nos tempos da escravatura, o negro, comparado com um animal de trabalho, era considerado como um objecto de propriedade privada que o seu dono tinha interesse em manter saudável e forte, como no caso do seu boi ou do seu cavalo. Agora o Negro não é comparado mas simplesmente arredado à administração, sem poder o epíteto de homem livre. O contratador pouco se interessa se o homem vive ou morre, desde que continue a trabalhar enquanto puder; porque o patrão pode sempre requisitar outro trabalhador se o primeiro ficar incapacitado ou morrer. Empregadores honestos houve que deixavam morrer 25% dos trabalhadores, formados por agências governamentais, durante o chamado período do "contrato de trabalho".

É impossível compreender o fascismo português sem a exploração colonial e esta sem o fascismo. Os portugueses e os povos das colónias, de todas as cores e etnias, eram vítimas da mesma máquina que, muitas vezes, atirava uns contra os outros. O sistema de trabalho forçado, que começava a ser desuniciado com crescente vigor

nas assembleias internacionais, despovoava regiões inteiras, sublinhamente protegido pelo célebre "Estatuto do Indígena" e constituía a faceta mais odiosa dum colonialismo anacrónico.

Na mesma altura que Salazar gritava, perante uma bateria de microfones e os aplausos dos ultramarinos, que era preciso "ir para Angola com as forças", Hamid MacMillan, primeiro-ministro britânico e velho leão conservador, visitava a África e concluiu que os "ventos da História" estavam prestes a soprar no continente negro.

Um golpe militar de palácio falhou na altura em que o fascismo recuperava forças. Seriam precisos 14 anos para as Forças Armadas acelerarem do abismo em que as lançara a aventura africana.

Entretanto, Salazar voltava-se para o império. As províncias ultramarinas, designação que não fora aceite por alguns dos seus ministros mais papais do que o Papa, que preferiam a designação de "colónias" mais conforme "à vocação civilizadora dos portugueses", eram o objecto do seu "estudo e preocupação".

Em todos os discursos, em todas as comunicações, a política ultramarina dava o tom, sendo sistematicamente os movimentos de libertação acusados de traição e conspiração e partindo-se sempre da premissa de que "a soberania não se discute nem se negocia".

Em Dezembro de 1961, em menos de 24 horas, unidades "gúrka" e tropas especiais do exército da União Indiana dominaram e ocuparam o Estado da Índia, ao tempo o dilema europeu no subcontinente asiático. O império perdera a sua jóia e Salazar perdeu a voz. Ninguém ajudou Portugal, mais uma vez desamarcado, isolado e as fotografias publicadas no estrangeiro mostravam as colunas indianas rodeadas de povo entusiasmado e um general indiano num galinete com as paredes cobertas de retratos dos antigos vice-reis da Índia.

Mas a "lição de Goa", que poderia ter constituído um aviso, não mudou o rumo. Salazar que desejava um holocausto que luminasse o Mundo, colpeou as Forças Armadas.

Mas graças às condições favoráveis em que Portugal recolha as matérias-primas de Angola e as reexporta, as divisas iam-se acumulando. A fase "desenvolvimentista" do regime em Angola, coincidindo com o "boom" da construção civil, provocou uma expansão forte e custa dum material que continha sem escolas, sem hospitais, sem assistência. Mas em Luanda e Nova Lisboa os centros urbanos cresciam espectacularmente, criando "ghetos" nos municípios e zonas urbanizadas nas cidades do interior. E do sublinhado das estruturas tribais, surgia um novo proletariado, receptivo às novas ideologias e às teorias emancipacionistas.

Os movimentos nacionalistas reagrupavam-se nessa altura, preparando uma estratégia a longo

prazo. Agostinho Neto com o MPLA, Amílcar Cabral com o PAIGC e Eduardo Mondlane com a FRELIMO. Por outro lado, procurando recuperar o tempo perdido, Salazar dava condições generosas ao investimento estrangeiro, engolindo o orgulho nacional. Na realidade, em 1961 — 62, os americanos em vez de pressionarem se Portugal ganhasse ou não a guerra, permitiam apenas "como é que vocês vão investir".

A administração Kennedy mostra-se, aliás, extremamente fria quando não critica da política colonial portuguesa e o regime organiza manifestações ridículas em Lisboa em que a super-polícia fascista "é incapaz" de conter umas escassas centenas de manifestantes e de funcionários públicos que apedrejavam a Embaixada americana.

Nesta semana decisiva para Angola, convém lembrar que um povo que optou outros povos não pode ser livre e, em grande parte, foi a resistência dos povos das ex-colónias que minou a longevidade imoral dum regime detestado pelo povo. As desigualdades, quase monstruosas que se verificavam em Portugal transmitiam-se às colónias onde a exploração já havia também brancos explorados se bem que não oprimidos era brutal e imposta por métodos coercivos, como a estabulação da palmaria e as matanças quando se registavam greves e atitudes de protesto.

Assim, o abismo entre Portugal e o resto da Europa ia-se cavando, com um país artificialmente modernizado para um caudão sem salda, mas em que as despesas militares levavam a talhada de leão do orçamento.

O abismo existente ficava bem evidenciado nas estatísticas da OCDE que davam nos países industrializados uma percentagem de 70% para o trabalho, enquanto a parte reservada ao capital se cifrava em 30%, enquanto que em Portugal o capital representava 55% cabendo ao trabalho, incluindo os gerentes, 45%, "500 000 famílias, representando um quarto da população, não tinham ainda água canalizada, esgotos e electricidade". Em cinco portugueses — um não tinha luz eléctrica em casa e em cada três um tinha emigrado em busca de melhores condições no estrangeiro, principalmente na França e na Alemanha.

Retrato dum povo colonizado? Difícilmente. O que não significa negar as condições de trabalho, o fardo, a ignorância do povo português quando, em qualquer latitude, luta por algo que vale a pena.

Nesta hora que se fecha uma página decisiva da descolonização, a leitura do livro de António de Figueiredo, "50 anos que quase destruíram a nossa história e o nosso destino de povo livre, proporciona uma recapitulação importante e oportuna para os que gostam, saudavelmente, de conhecer o "porquê" dos acontecimentos.

VIEGAS, *Encarnação*

Clarificar a Revolução

Encarnação Viegas

BRUMO CRIMI, especialista em assuntos africanos, redactor da *Jeune Afrique*, escreve hoje sobre os altos e baixos da descolonização portuguesa que acompanhou de perto, desde o início. Os artigos do nosso colaborador **JOSÉ VAZ PEREIRA** sobre um recente livro de António de Figueiredo, saído em Londres, e de **ENCARNAÇÃO VIEGAS**, jornalista de *A Capital*, mostram bem até que ponto o processo revolucionário português está intimamente ligado à questão angolana e de como não é possível falar de um sem falar da outra.

TERÁ SIDO o almirante Rosa Coutinho, em plenário de trabalhadores da Cuf, no Barreiro, quem definiu com maior exactidão e talvez sem dar por isso, a contradição fulcral da Revolução Portuguesa, ao afirmar que a mesma deve ser feita com o povo e não para o povo, conceito que viria a ser, posteriormente, reforçado pelo general Otelo Saraiva de Carvalho, igualmente na margem esquerda do Tejo, ao denunciar a existência de duas correntes revolucionárias: a burguesa e a popular.

Com efeito, as duas preposições utilizadas pelo primeiro daqueles dois membros do Conselho da Revolução, carregadíssimas de significado político, encerram em si mesmas, todas as divergências, todos os confrontos que se têm vindo a desencadear no seio da acção revolucionária desencadeada a partir de 25 de Abril do ano passado, pelos militares do MFA, movimento que terá sido ultrapassado (foi-o concretamente) nas suas linhas programáticas, pela adesão popular que então recebeu, o que, de resto se pode comprovar pela rapidez com que foram vencidas as pri-

meiras etapas do processo e, como depressa ficaram para trás, os propósitos então expendidos no programa apresentado ao País.

São, ainda, essas duas pequenas palavras que, em certa medida, denunciam, igualmente, a existência de processos paralelos no próprio movimento revolucionário, não exactamente em termos de luta de classes, ou seja de burguesia e proletariado mas, essencialmente, no que respeita à participação dos civis e dos militares na condução de uma acção, que ambos os sectores declaram ter como meta, a instauração de uma sociedade socialista, sem que, claramente, se defina qual o ponto que pretendem atingir na ampla franja que se lhes oferece no final da tarefa.

E não ficará mal recordar aqui, que no aforar dessas contradições, se situou, exactamente, a queda do primeiro Governo Provisório, da chefia de Palma Carlos e, viria, ainda, a empurrar Spínola pela porta fora do palácio de Belém. Do mesmo modo, os avanços e recuos de uma ou

outra facção, viriam a determinar o comportamento dos gabinetes que se sucederam, presididos por Vasco Gonçalves, até precipitar a queda deste, e a sua marginalização da cena política portuguesa.

Angola e o processo português

De uma forma genérica, sempre se reconheceu em todos os quadranes políticos do País, a influência e a interligação do processo de descolonização, nomeadamente no que concerne a Angola, com o prosseguimento da revolução portuguesa, tendo em conta os estímulos que as diversas facções poderiam receber, face ao comportamento registado naquela antiga colónia, no dizer do actual ministro dos Negócios Estrangeiros, campo de confrontação das grandes potências.

É por esta via que, com o aproximar da data fixada para a independência daquele país africano e, na sequência dos factos, bélicos e não só, ali ocorridos, se foram agravando as condições de estabilidade em Portugal, a pôr em causa, nomeadamente,

a continuidade do VI Governo Provisório já de si assente em periclitante base política, o que levou, mesmo, os partidos que o integram, a não considerá-lo como de coligação.

Em nosso entender, mais do que os efeitos, os reflexos do 11 de Novembro angolano serão as determinantes de certas atitudes políticas, em cujo quadro poderemos, talvez, incluir a manifestação de força que poderá constituir a dinamitação ordenada para a Rádio Renascença, na Buraça.

Como quer que seja, contudo, a última semana foi, inequivocamente, um período quente, digamos mesmo, crítico, da Revolução portuguesa, se nos detivermos com razoável espírito analítico, na tipicidade de certos comportamentos, avultando aqui a iniciativa que alguns sectores da direita parecem ter tomado, em matéria de actos terroristas e não só, aproveitando da melhor forma, o que consideramos ser um dos erros mais graves, até agora cometidos, de considerar a extrema-esquerda, como o perigo mais imediato para a Revolução.

O «ataque» a Fabião

É neste contexto que despoista na cena política portuguesa, mais um ataque daquelas forças, para as quais a Revolução não poderá ir além da concessão de liberdades políticas, a par de uma relativa melhoria social capaz de ilusoriamente lhe dar um sinal contrário, em relação ao regime derrubado em Abril do ano passado, e que visava, nessa primeira investida, o derrube do general Carlos Fabião, um homem talvez pouco preciso na sua definição política, mas inequivocamente um aliado potencial dos sectores que advogam a instituição de uma democracia popular no País. Seria digamos, a pedra de toque, a tentativa para ajuizar da capacidade de resposta dos irrealizadores em futuras proposições para abater dos céus os revolucionários e outras figuras mais entranhadas nas classes populares, como o próprio Otelo Saraiva de Carvalho e Rosa Coutinho, para não arriscarmos mais.

A julgar pelas aparências o golpe fracassou, pois desenca-

Equilíbrio (cada vez mais) instável

deado na ausência do próprio Fabião, em visita à Alemanha Federal, caiu no mais profundo silêncio, logo que aquele general regressou a Portugal, não se dando conta nos sectores políticos, de que o comportamento e a figura do chefe do Estado Maior do Exército voltasse a ser tema de controvérsia no Conselho da Revolução.

É, exactamente, este facto a que se aliam as palavras de Ótelo Saraiva de Carvalho, primeiro ao Barreiro e depois em Queluz, ao R.I.O.Q. que deixaram aniver a possibilidade de um reforço de certas posições esquerdizantes nos centros de decisão, particularmente no Conselho da Revolução, epicentro de certos abalos mais ou menos preocupantes, detectados nos diversos sectores da meteorologia política nacional, parecendo assim neutralizadas, em certa medida, as pressões sobre o Governo, desencadeadas por algumas forças políticas, nomeadamente no período que antecedeu e procedeu a visita de Pinheiro de Azevedo, ao Porto, optimismo que parecia reforçar-se, atendendo a certas ocorrências registadas na capital do Norte que poderiam comprometer ou, pelo menos, obscurecer, as relações entre as formações políticas, promotoras da manifestação de apoio ao VI Governo, efectuada naquela cidade.

A viagem de Pinheiro de Azevedo ao Algarve, parece já se não ter revestido do mesmo êxito que teve a sua ida ao Norte. É neste aspecto será convenientemente não esquecer o «silêncio» a que socialistas e social-democratas votaram a visita a Faro, do chefe do Governo, no que concerne ao habitual «barómetro político» que representa a Assembleia Constituinte, sobretudo, se tomarmos em conta, a apologia ali feita após a primeira daquelas jornadas políticas.

Entretanto, o almirante Pinheiro de Azevedo, na capital algarvia voltou a sublinhar uma tónica que, de certa forma, tem sido uma constante dos últimos tempos: a necessidade de entendimento entre as forças consideradas de esquerda, nomeadamente entre comunistas e socialistas, desavindos por questões de fundo e mais empenhados, sobretudo os segundos, em fazer prevalecer esse «estado quo», do que, efectivamente, em tentar solucionar os múltiplos problemas pendentes entre eles.

O chefe do Governo dá assim uma sugestão do querer corresponder à relativa confiança que a sua personalidade ainda disfruta em sectores mais à esquerda, aval que parece deprender-se de um próprio comunicado do MDP/CDE quando, sem beliscar a figura de Pinheiro de Azevedo, alertou-o, no entanto, para o aproveitamento que as forças da direita podem fazer da sua ida a Faro.

É, ainda, neste fim de semana que volta a comprometer-se o equilíbrio instável da vida política nacional, a partir do «incidente» que opõe os trabalhadores do Ministério da Comunicação Social ao secretário de Estado daquela pasta, tenente-coronel Ferreira da Cunha, alvo de gravíssimas acusações e do sequestrado pedido de saneamento, situação que se alonga no debate directamente televisado, dos secretários gerais do PS e do PC, do qual pouco resultou de positivo, numa perspectiva de uma aproximação desejada até pelo próprio Presidente da República, e que se estende, depois, à decisão de fazer silenciar por forma violenta a Rádio Renascença, numa atitude que, mais do que uma manifestação de força se considera, em certos sectores, uma condão de incapacidade para solucionar, por via democrática, um dos muitos problemas que enfrentam os responsáveis portugueses.

Continua pág. 12

Clarificar a Revolução

— tradução de José M.

E de uma forma regular, a tensão sobre, sobre cada vez mais, nos diversos quadrantes políticos, quer civis quer militares...

O pacto à beira da rejeição?

Não cessam aqui, porém, os elementos de «puzzle» política que nos esforçamos por interpretar. E deste modo, na Assembleia Constituinte, surgem dois outros pontos, que podem, igualmente, pôr em evidência, posições de choque que começam a avulmar-se na sociedade civil, multifacetada politicamente, e o poder militar também deitando por razões ideológicas.

É no parecer «constituinte», que o deputado Bento Gonçalves, do Partido Popular Democrático fez a primeira crítica ao VI Governo, embora, como salientou a nível restrito, a sua intervenção se revestisse de características individuais e sem qualquer expressão partidária. É ainda no hemisfério de São Bento que Sotomayor Cruz, membro do secretariado nacional do Partido Socialista, mas a título individual, sugere, a necessidade de revisão do pacto constitucional, firmado entre partidos e militares, pondo em causa a participação política destes últimos, quanto ao futuro, e de uma forma activa, na sociedade pluralista que se pretende construir.

Quer isto dizer que associado a propósitos de Sotomayor Cruz a anteriores afirmações de Sá Carneiro, no que concerne ao regresso dos militares aos quartéis, os partidos políticos sentem-se já capazes de dispensar a tutela do MFA quando se eles próprios aptos a assumir a direcção política do processo revolucionário, admitir-se a hipótese de continuidade desse mesmo processo, se tal viesse a verificar-se?

A resposta, terá de ser necessariamente afirmativa, mas isso conduzir-nos-á a outras con-

dições da própria Revolução, ao que consideramos mais um equívoco político português, ou seja o de saber-se se, efectivamente, os partidos existentes estarão, em si, bem diferenciados e respondem, de forma precisa, às exigências intrínsecas das diversas camadas da população. A este tema, prometemos voltar mais tarde.

Revolução: que tipo?

Voltamos, agora, em conclusão, ao com e ao para enunciados pelo almirante Rosa Coutinho, para ali encontrarmos, efectivamente, os causus de quase todos, se não de todos, os conflitos políticos que têm caracterizado nos últimos tempos da Revolução portuguesa.

Na realidade, trata-se de definir, de vez em sem equívocos, se nos objectivos do 25 de Abril,

para além do derrube do regime fascista, se incluiu, efectivamente, uma revolução da sociedade portuguesa. E admitindo a afirmativa como válida, haverá que expressar, claramente, qual o tipo de revolução que estava na mente dos «capitães» que a conceberam.

Após ano e meio de convulsão, precisa o País de saber se a Revolução se faz para o povo, o que desde logo deixa pressupor a existência de uma classe patronalista e burguesa que sem abdicar do Poder político, se propõe oferecer a outros, desfavorecida a proclama — uma melhoria, atitude mais assistente em princípios humanísticos do

que políticos, ou se, de verdade, se quis e quer, fazer a revolução socialista, com o povo para o que terá de admitir-se uma mudança de classe, por parte dos membros do Movimento de 25 de Abril. Essa é que se nos afigura ser a questão de fundo, a questão que os portugueses exigem ver respondida, para saber se cairam ou não num laço, quando lhe fizeram crer que a Revolução de flores, mais do que para eles, seria feita com eles.

Mas, também estamos em crer que qualquer que seja a resposta já o Povo sabe — e convirá não esquecer-lo — que terá de lutar, pelo triunfo da sua Revolução. E porque já são escassos os requisitos que ficaram, quanto aos temores gerados por comportamentos repressivos, o Povo acaba por encontrar os caminhos que conduzam ao êxito, que o levem a tomar os próprios destinos nas suas mãos.

Se a Democracia é necessária, o socialismo é indispensável, sabendo-se já a opinião do povo português a tal propósito. Certos obstáculos surgidos, poderão fazer retardar a marcha, mas não poderão comprometer o objectivo final, quaisquer que sejam as discordâncias nos sectores progressistas, quaisquer que sejam as acções contra-revolucionárias que tenham de superar-se.

O que importa é definir posições, para se saber quem está contra ou a favor do processo, e desmascarar os que inconspicidamente e a todos os níveis procuram entravá-lo. A Revolução tem de fazer-se com o Povo e já se sabe o tipo de revolução que o povo quer. Resta apenas acioná-la, para evitar mais confrontos.

11 de Novembro **11 de Novembro** 11 de Novembro

Como será Angola daqui a seis meses?

ANGOLA é, desde ontem, um país independente. Se a independência de Angola era uma necessidade e uma evidência, o modo como se processou levanta comentários e análises divergentes.

Há quem considere caber a Portugal uma parte da responsabilidade do clima de guerra civil e de pré-balcanização que hoje se vive.

Por outro lado, o futuro de Angola, a paz em Angola interessam directamente muitíssimas pessoas, algumas com interesses divergentes, pelo que procuram e esperam diversas formas de paz.

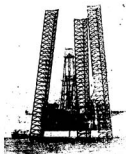
É neste contexto de grande incerteza, por ser também de grande empenhamento de interesses diversíssimos, que dirigimos a pessoas representando diferentes sectores de opinião a seguinte pergunta: Como imagina Angola daqui a seis meses?



A esperança: chegada de Agostinho Neto a Luanda



A guerra: primeiro funeral num mucucau



O que faz correr o sangue dos angolanos...

SANTOS, F. Wilson

F. Wilson Santos (UNITA): Ou o MPLA muda ou um dos contendores será eliminado

E EXTREMAMENTE difícil, onheida a realidade da descolonização africana, prever o que será Angola dentro de seis meses. Angola deve ser, sobretudo, aquilo que o Povo Angolano quer que ela seja. É este o espírito que a UNITA defende desde a sua criação. E também esta a intenção geral dos acordos do Alvor.

Entretanto, a luta pelo poder manifesta desde sempre e que não é a ajuda simplesmente desinteressada que as paga. Cada contendente decide a nossa formação introduzindo cada vez mais os interesses externos em Angola. É assim que assistimos hoje a um rápido atropelo da vontade do Povo, manifestada repetidas vezes. Frustração de esforços, assistimos à realidade da guerra.

As armas utilizadas nesta guerra são de tal maneira sofisticadas que, vez mais, os questiona da influência sobre a África Austral, do mercado internacional de armamento, da luta ideológica no plano mundial estão presentes no nosso panorama político angolano.

Apesar da personalidade política de cada um dos Movimentos de Libertação, apesar da vontade dos patriotas angolanos de pôr fim à guerra, avanços demasiado. A UNITA pensa, sobretudo, que o MPLA foi demasiado longe nos seus intentos. O MPLA esqueceu-se que a guerra só interessa ao exterior, que aponta nas "suavidades de cavalos". A União Soviética, que alimentou esta guerra, tem motivos particulares e particularmente egrotos para a fazer continuar. É por isso que, em atitude de subserviência insulto à África, e em jeito de pura chantagem, o Kremlin enviou ao Presidente da OUA a já famosa nota sobre o reconhecimento do Governo formado unilateralmente pelo

MPLA no dia 11 de Novembro, quaisquer que fossem os resultados da Conferência de Kampala. Isto, a UNITA considera uma verdadeira demonstração de IMPERIALISMO, pois a União Soviética, com esta atitude ultrapassou o próprio MPLA, que neste momento, apesar das derrotas contínuas e fulgurantes, agiu como verdadeiro jaguete dos interesses externos.

Enquanto continuarem a existir atitudes de ingerência tão flagrante, a UNITA julga que a guerra prolongará, muito provavelmente, dentro de seis meses, até que se dê ao Povo Angolano escolher os seus amigos e os seus inimigos.

Não é muito realista pensar-se na paz em Angola sem um entendimento entre os três Movimentos de Libertação.

Para daqui a seis meses presenciarmos, a nós, angolanos, duas alternativas: ou a direcção actual do MPLA terá mudado e as suas decisões serão mais realistas; poderíamos, então, falar em termos de outros Governos proibidos que preparariam os instrumentos democráticos do governo em Angola;

ou a guerra prosseguirá até à eliminação de um dos contendores, o que não quer dizer que não continue a luta pelo poder, ou pela sobrevivência.

Angola será, no entanto, daqui a seis meses, um desafio — o mesmo que se lançou no Alvor — entre a possibilidade da instauração dum regime pluripartidário e a realidade que é o onimite africano hoje existente, na prática, do "Governo do Partido".

Fernando Wilson Santos
(Membro do Bureau Político
e do Comité Central)

MIDLEMAS,

Keith

Keith Middlemas:

Uma curta guerra e a derrota do MPLA

A MINHA PREVISÃO é sombria — e deceja que fosse diferente.

Caso que uma guerra civil em termos mais profundos do que até agora, será inevitável. O resultado, de qualquer forma, ser sugerido em termos militares antes de termos políticos. E porquê?

Primeiro, estou absolutamente ciente de que não poderá haver um acordo profundo entre os dois movimentos, tal como são agora, pelas suas diferenças ideológicas, étnicas, culturais e até geográficas. Segundo, a incapacidade das forças externas — Portugal e OUA — para imporem uma solução política, tal como já foi demonstrado. Ninguém acredita que um "acordo" feito neste momento possa durar mais que uma semana.

Terceiro, se a FNLA e a UNITA sobreviverem terão que discutir as pretensões do MPLA a uma poder legítimo e o reconhecimento do MPLA por 80 países de África e do Bloco Oriental. A falta do reconhecimento dos governos Ocidentais Zaire estando sob pressão dos seus elementos mais "progressistas" a FNLA e a UNITA só o poderão fazer pela força das armas.

Não posso concordar que Angola possa vir a ser um outro Vietnam — as condições são demasiado diferentes. Em África, a capacidade dos poderes exteriores para uma intervenção directa é muito menor do que no Sudeste Asiático, — a não ser que pretendam envolver-se directamente na luta, tal como na guerra civil de Espanha, o que não é provável.

Os efectivos dos três exércitos em Angola é reduzido e estão concentrados nos próximos meses, no que se refere a homens treinados. Seriam se poderá comparar aos efectivos da Fedina que em 1974 possuía 15.000. Pequenos exércitos, disputando, pois, largas extensões de terra. Daí virão duas consequências: a quantidade de armas será menos importante que na maior parte das guerras civis e grande flocos será dada aos chefes militares e ao auxílio da população.

No entanto, muitas armas estão a ser enviadas para lá mas não poderão atingir a limitada capacidade de cada movimento em utilizá-las. Armas russas, americanas, chinesas ou sul-africanas podem ajudar a moralização dos exércitos, mas não poderão por si só dar a vi-

tona. Veja-se o resultado da guerra israelita de 1967, é significativo, e muito material bélico, quer do Leste ou do Ocidente, está destinado a apodrecer.

No que se refere à chella, de-
vemos lembrar-nos de que en-
quanto o FRELIMO ganhou verda-
deiramente frente aos portugueses,
em 1973/74, em Angola a FNLA e o
MPLA tiveram que retirar excepção
em certas áreas marginais. Só a
UNITA tem a história de guerra
dentro do território, e o carismá-
tico comando de Jonas Savimbi,
deixa adiver que ele poderá ter a
capacidade (apesar aparentemente
frío a Helder Roberto) de impregnar
um espírito popular. Parece que a
UNITA e a FNLA são ambas
apoiadas por brancos, mercenários
voluntários ou portugueses que
ficaram em Angola na África do
Sul. O rápido avanço das colunas
militarizadas vindas do Sul para
capturar Benguela e Lobito,
mostra como um superie deves
poderá ajudar uma guerra locali-
zada. Apesar da destruição das
pontes, Luanda continua a ser uma
cidade aberta e poderá ser cap-
turada, num mês se FNLA e UNI-
TA, colaborarem em conjunto o
que poderá acontecer depois de 11
de Novembro, sob pressão exterior,
de maneira a destruir totalmente o
MPLA.

Finalmente, o ponto de partida.
Só a guerra poderá mostrar se o
MPLA teve tempo para mobilizar
as energias da população urbana e
rural que controla. E sendo em
conta que para esse trabalho, o
FRELIMO precisou de 10 anos, eu
dívulo. Por outro lado, a FNLA
tem uma segura base tribal no
ovete e a UNITA é claramente
apoiada pelas populações do Sul e
do planalto Central. O sector do
MPLA está exposto em ambos os
lados, e não pode facilmente ser
abastecido por mar se as suas
comunicações internas forem
destruídas por grupos atacantes
móveis. O enclaus de Cabinda é
um outro assunto, a ser resolvido
separadamente.

E nesta base que eu prevejo uma
curta guerra, que acabará com a
derrota militar e o exílio do MPLA,
enquanto a batalha política no
interior de Angola continua.

Resultado final? Há três possibili-
dades: continuação da guerra en-
tre os dois grupos sobrevi-
ventes; harmonia, baseada numa
necessidade comum de vigi-
lância contra o MPLA; divisão
de Angola em dois Estados (tal
como o Congo) ou uma Federação,
com Luanda segundo palavras de
Savimbi como "capital neutral".
Nesta altura a influência das forças
externas aumentará sensivelmente.

Os EUA, a África do Sul, a
Europa Ocidental, a China, o Zaire
e a Zâmbia, e é claro as com-
panhias multinacionais, cujos
interesses se situam em Angola
tudo estão dispostas a fazer para
evitar a continuação da guerra,
mesmo que o preço seja a divisão
de Angola. Estará a Rússia
atendendo ao interesse duma
estratégia mundial, disposta a
aceitar esse resultado? Se estiver, a
ajuda concedida ao MPLA ter-
minará rapidamente e claro que as
outras 70 nações africanas o "faz
acumpli". Então os refugiados
podem regressar...

✱

KEITH MIDDLEMAS: 40 anos
Atorizador e cientista político;
Professor da Universidade de
Sussex em Inglaterra. Tem um tra-
balho sobre os aspectos políticos do
projecto de Cabora Bassa, alarga-
do à história do FRELIMO e
independência de Moçambique.
Fez numerosas viagens à África, e
conhece duma maneira geral todas
as problemáticas ligadas com a África
do Sul. "Cabora Bassa e a política
Sul-africana"; foi publicado em
Londres em Julho de 1975.

SANTOS *Fernando Piteira*

Fernando Piteira Santos:*

Ou o MPLA ganha ou é Angola que perde

O EXERCÍCIO de "finestraga", aliás, a curto prazo, que o "Expresso" propõe, é, a um tempo, provocatório e cândido. Sem me lutar à evidência deveria evitar a resposta fácil: um Vietname. Porque a evidência hoje é a guerra que, no espaço angolano, não se apresenta as situações politio-topológicas, entre outras as rivalidades entre etnias. E a verdade impõe-nos que avancemos na leitura dos factos e dos discursos com algum rigor: a guerra é já hoje, e em estes seis meses, a continuação militar de uma política. Não esquecermos aqui e agora neste Clausewitz. A política imperialista em relação ao território angolano — a esse espaço colonial que os portugueses oferecemos aos movimentos de libertação como quadro nacional —, caracterizou-se antes três derrotas. Intronou como manipulação desiccionista e intriga neo-colonialista; na insinuação da "independência" convertiu-se em agressão militar a partir das fronteiras do Congo-Kinshasa, a partir das fronteiras da Namíbia sob determinação da República da África do Sul. Estorvores, ou pelo menos complacentes, à acuidade ofensiva de lascivas colonialistas portugueses despagos de em Angola, lerir pela metaguarda a "resolução portuguesa".

A agressão imperialista adoptou, sem adoptando, o dilacer de ajuda a um, ou ao outro, ou a ambos, dos movimentos que se apresentam como rivais do MPLA.

Mas, na realidade, esta Angola que é uma riquíssima reserva de reservas primas e um mundo de potencialidades económicas, é objecto da cobiça do capitalismo internacional. Por ele nos dividamos numa guerra injusta. Por ele nos dividamos numa descolonização sem perspectivas, sem responsabilidade histórica.

Porque o menos que podíamos pedir aos responsáveis da política portuguesa de descolonização, era que tivessem sido em conta os superiores interesses de Portugal, os verdadeiros objectivos da "revolução portuguesa", as legítimas aspirações do "Povo angolano". E na enganosa caminhada que conduziu a Alvor, decididos abertos a brecha para a guerra, para a destruição da nação que tínhamos desenhado a compasso e esquadro no carne escorva da África negra, e o que é mais grave, para o Vietname em África.

Que se vai passar nestes seis meses? Enquanto a maioria das nações, e certamente todas as não vinculadas à política de agressão, de rapina e de chamagem do imperialismo, vão reconhecer de direito o poder de facto do MPLA, Portugal vai enleazar-se numa quadratura de círculo diplomática para corresponder à mitologia de Alvor e às insidietas e discretas pressões internacionais: à Ilusão de Alvor, de papel e tinta azul, cujas assinaturas foram riscadas pelo processo histórico concreto da descolonização de Angola.

Nos futuros seis meses de guerra — que não sabemos, ou não queremos evitar — o MPLA ganhará ou perderá Angola.

A sua vitória será uma vitória para a "Revolução portuguesa"; a sua derrota será uma derrota para todo o "Povo português". É a hipótese de um Vietname em África não vem responder ao apelo escalado, e exaltado, do Ernesto Che Guevara, mas será, nessa conjuntura histórica, a réplica ofensiva da estratégia imperialista.

Nesta "diferença" — que não é uma evasão suavisante — abre-se o abismo em que já se suicidaram os diplomatas e no qual se poderão precipitar os "estudólogos". Mas se nos convidam à apenas no futuro, daqui, e fraternalmente — vêm ignorar as cidades e os perigos — solidos o Presidente Comarado Nuno Mendes.

Fernando Piteira Santos

FERNANDO PITEIRA SANTOS, 37 anos, formado em História e Filosofia. Longamente estivo na Argélia. Hoje se perto com os problemas das colónias. Conheceu Agostinho Neto no Cadeia do Aljube. Tem vários trabalhos publicados sobre problemas coloniais.

Foi Director Geral da Cultura Popular no I Governo Provisório. Actualmente é professor de História na Faculdade de Letras, Director dos Serviços Culturais da CML e dirige um Seminário sobre problemas de descolonização.

JAIME,

Aguinaldo

Aguinaldo Jaime (MPLA):

O povo angolano continuará a guerra porque ama a paz real

DADA a natureza contraditória das forças políticas em presença no espaço político angolano, torna-se particularmente difícil dizer algo sobre o que poderá ser a situação daqui a 6 meses. Isto é, qual será a evolução do problema político angolano a curto prazo. A longo prazo, sabemos que o Povo Angolano libertar-se-á do jugo imperialista como se libertarão todos os povos do mundo, sujeitos à dominação. Mas sabemos que nos próximos tempos as condições que definem a actual situação permanecerão inalteradas: por um lado a agressão imperialista através dos agentes internos e externos, e por outro a resistência popular generalizada, guiada pelo MPLA. Resulta do que dissemos que após o 11 de Novembro a guerra irá prosseguir.

Qualquer que seja a solução que se encontrar para o 11 de Novembro a guerra continuará necessariamente. Não há que falar de união, em encontrar-se uma plataforma de entendimento, por forma a resolver-se o problema angolano em paz e harmonia. Supomos que já era tempo dos que sustentam esta concepção interrogarem-se do porque da ruptura de todos os acordos, antes e após o 25 de Abril, entre os Movimentos. Todas as tentativas de entendimento entre o MPLA e a FNLA antes do 25 de Abril, redundaram em completo fracasso. Após o 25 de Abril, e agora com a presença da UNITA, o panorama não se altera, com as experiências de Moimbea, Alvor e Nakuru. Tentar esclarecer o facto através de explicações simplistas como "ambição de poder", "desentendimentos", é quanto a nós, escamotear o problema, não o considerando na sua verdadeira profundidade. Existem possibilidades mínimas de entendimento entre o MPLA, a FNLA e a UNITA. Há pontos em que os Movimentos estão positivamente de acordo: a integridade territorial de Angola, a saída das tropas por-

tuguesas após o 11 de Novembro, e a manutenção desta data como sendo a da constituição de Angola como Estado soberano. Mas a questão de fundo — e a nossa vertida tem sido a determinante de todo o processo — é o antagonismo que existe entre a linha política do MPLA e a da UPA/FNLA/UNITA. Estes querem reconstruir Angola, vinculando os interesses imperialistas. E o MPLA pretende pôr termo às estruturas capitalistas, pretende banir o antagonismo de classe que é o essencial do regime de exploração do homem pelo homem. Por isso a guerra irá prosseguir e com maior crueldade. Porque o imperialismo não irá desistir dos seus intentos. (Angola tem demasiados recursos naturais e uma localização geo-estratégica demasiado importante, não o MPLA, vanguarda revolucionária do povo angolano irá renunciar aos objectivos porque se baseia, de armas nas mãos há 14 anos a combater com a pilhagem das riquezas naturais e humanas de Angola).

Fala-se muito em Paz. O povo angolano tem já uma amarga experiência do que significa uma "paz" com a UNITA e a FNLA na cena política. Os massacres perpetrados por estas duas organizações terroristas, compostas na sua maioria por mercenários africanos nos aos que lutam a troco de dólares, demonstram que tipo de "paz" haveria em Angola. Por isso o povo angolano vai continuar a guerra. Uma guerra que lhe foi imposta pelo imperialismo; porque o imperialismo é a guerra e os seus objectivos, porque são os de uma economia exploradora, só podem ter efectivação prática através da violência reaccionária. O povo angolano vai continuar a guerra porque ama a paz real.

No actual contexto angolano a burocratização do território é um facto. No Norte (Uíge e Zaire) impera o terror fascista de Mobutu e seus lacaios — FNLA, ELP, MDLP — e no Sul assiste-se à

invasão pela África do Sul, ELP, MDLP, FNLA/UNITA. A partir das suas "zonas de influência" (instituições não-est. o imperialismo irá desenvolver nos próximos tempos violentas operações, tendentes a ocupar as zonas libertadas do solo angolano ou, pelo menos, obter da parte do povo angolano e sua vanguarda concessões políticas. Nesta nossa brevíssima análise, não abordaremos a situação no seu todo. Não vamos focar as consequências económicas emergentes da guerra e da burocratização do território. Quiseramos, e tão somente, focar alguns aspectos políticos do problema angolano.

Porque é grande a confusão sobre a situação em Angola, acerca dos acordos efectuados e da fase histórica em que eles ocorreram.

Queremos ainda responsabilizar o Governo Português e o Exército Português que fez na sua pretensa "neutralidade activa" foram os responsáveis pelo genocídio de milhares de angolanos e de portugueses, abandonados à sua sorte perante a fúria fascista da

FNLA/UNITA, pelo Exército português. Este é o directo responsável pela situação que hoje se verifica em Angola. A paz não é ingerência nos assuntos de Angola (a não ingerência é uma posição que nós sempre defendemos) no entanto apenas a presença dos fantoches da UPA/FNLA e UNITA. Vinculou dos interesses imperialistas, e neste momento Alvor é apenas o enfraquecimento político-jurídico das pretensões neo-colonialistas do imperialismo que procuramos os aliados, campos neste sentido, o Governo português. Não há que tenham sido denunciado pelo Portugal os referidos acordos, face à sua violação sistemática pelos fascistas da UPA/FNLA/UNITA.

Aguinaldo Jaime

Membro do Grupo Coordenador do MPLA para a Europa

ALMEIDA, *Vieira de*

Vieira de Almeida: * Um imediato difícil mas a vitória do povo no fim

PFDEM-ME para escrever algumas palavras sobre o que julgo poder ser a evolução dos acontecimentos em Angola num futuro próximo.

Trata-se como é óbvio de uma tarefa impossível, e por isso limitar-me-á a procurar enquadrar as condições em que o povo de Angola terá de lutar pela sua libertação.

Em primeiro lugar, a situação angolana insere-se hoje num contexto internacional e regional extremamente complexo e contraditório e em que aquilo que virá a descompartar uma papel fundamental, pelas repercussões que as suas opções políticas inevitavelmente trarão para África e para o Terceiro Mundo.

A agudização da crise e a velocidade com que se processam nos últimos meses mostram claramente a determinação com que os blocos ou potências mundiais estão dispostos a prosseguir os seus objectivos estratégicos, que nada tem a ver com os reais interesses do povo de Angola. Este, não só não poderá ser afastado, mas terá de constituir o motor de uma verdadeira política de independência nacional, que implicará, para além de uma direcção correcta do processo no plano da mobilização popular, uma orientação firme ao nível do estabelecimento de um programa de independência económica. Sob este prisma a necessidade de uma aliança entre todas as forças nacionalistas aparece como evidente e dá tom de sobrepor-se à tentação de condicionar a luta na base de receitas de carácter ideológico.

Em segundo lugar, manifestar-se-á o facto de instabilidade e desequilíbrio endémicos, característico, não só do colonialismo em si, mas também do processo de descolonização, não agora contrastado por Portugal, e de aqui em diante assumido pelo povo de Angola.

Este aspecto é de extrema importância porque essa batalha terá de ser travada em várias frentes. Como nota Albert Memmi, a liquidação do colonialismo é, para o colonizado,

apenas um prelúdio à sua completa libertação, à redescoberta da sua própria identidade. Para que tal objectivo seja atingido, o colonizado deve sacudir as condições mesmas em que teve de travar a sua luta. O nacionalismo, que surge de início, como um dos instrumentos indispensáveis do combate, não pode manter-se como critério primordial de acção, sob pena de poder vir a justificar novas formas de opressão interna. Será necessário dar ao indivíduo meios para destruir todos os processos de alienação criadores de novos níveis de dependência.

Quer isto dizer que, necessariamente, o fim do colonialismo e a prevenção do neo-colonialismo passam pela ultrapassagem do estado de revolta para o da revolução.

É precisamente neste ponto crucial que se centram, não só as divergências entre os movimentos de libertação, mas ainda entre as atitudes diversas dos países estrangeiros interessados no processo.

A vida em Angola vai ser marcada pelo choque frontal entre os que lutam pelo fim das sujeições de tipo tribal ou étnico, pela anulação das diferenças de raça religiosa ou regional, pela recuperação de uma identidade própria, e aqueles para quem o fim do domínio colonial representa apenas a reintegração, agora em novos termos e sob a direcção de uma nova classe dirigente automeçada, em esquemas político-económicos pré-estabelecidos.

O conjunto de circunstâncias mencionadas, faz com que não seja possível definir o futuro de Angola aplicando métodos de análise e categorizações empíricas. Nem sequer poderemos procurar características comuns, a outros territórios, pelo facto de a política colonizadora ter sido a mesma. A experiência angolana não terá a ver, a breve prazo, com a evolução de Moçambique ou da Guiné, excepto na medida em que todas elas se traduzirão em frentes únicas de combate ao imperialismo.

Faça, qualquer análise realista, é infeliz, porque justamente o que

caracteriza a situação actual é a mobilidade de aspectos do imperialismo perante as lutas de libertação nacional. Como notou Samir Amin, várias vezes que os problemas de transição seriam próprios apenas de zonas periféricas do sistema capitalista, mas o facto é que hoje eles atingem também o centro.

Temos assim que a planificação da transição afectará, quer a evolução futura de Angola, quer a dos países vizinhos que virão a influenciar, directa ou indirectamente, o seu futuro. O resultado deste embate que, na expressão de Gramsci, é uma guerra de posições e não de movimento, trará um novo ponto de equilíbrio, imprevisível para já.

Porque portanto inevitável o alargamento da guerra em Angola, agora com participação de forças estrangeiras, e com a consequente balcanização do território. A evolução não será por isso a mesma em todos as regiões do país, impellido o recurso a apoios externos diferentes, cada vez mais íntimos, como forma de garantir a margem de superioridade que permita a vitória, no plano militar, de um dos grupos em presença.

A necessidade de autosuficiência, ou melhor, de erguer estruturas económicas com um mínimo de coerência interna, ficará ao longo de uma economia de guerra que, dada a carência de quadros e dada a ruptura completa dos mecanismos de produção e distribuição, levará a uma maior dependência de auxílio estrangeiro, com a necessidade concomitante de reduzir o preço político por que ele terá de ser pago.

Esta nova guerra de independência, certamente mais feroz do que a primeira e, quem sabe provavelmente tão longa como ela, criará também novas condições de vida e não poderá deixar de levar a uma radicalização e modificação profundas das forças antagonistas, contribuindo para que venham a ser completamente impossíveis quaisquer situações de compromisso. É isto, independentemente de eventuais alianças tácticas que possam vir a concretizar-se.

Dois aspectos me parece importante salientar sob este ponto de vista: o primeiro resulta da já hoje inevitável destruição, em termos operacionais, da economia angolana, tal como existia. O segundo é o facto de não parecer vir nem recuista super que no novo país voltem a existir condições para o regresso de uma parte substancial dos Portugueses que lá viviam.

A destruição da economia vai fazer desaparecer ou reorientar o pequeno proletariado urbano existente e significará a mudança de situação da minburguesia ligada ao sector dos serviços e do funcionalismo, embora a evolução não se processe da mesma forma nas áreas onde se tentem experiências autónomas de carácter revolucionário e aquelas onde predominem formulas de ligação ao sistema económico ocidental.

É preciso não esquecer que, vivendo 80% da população fora da economia de mercado, o desaparecimento das estruturas actuais será certamente de efeitos limitado e poderá significar no

espírito de alguns sectores a possibilidade — adiantada para a fase de nacionalismo intenso — de não reconstruir de novo.

Quanto ao regresso dos Portugueses — é independentemente das declarações, mesmo as sinceras, de leaders angolano — não se vê bem como será possível, recuente, do seu ponto de vista, uma volta efectiva e integral ao prefer económico e maior participação profissional, no quadro que acabou de traçar. Creio que tal poderia ter-se conseguido, ao mesmo tempo, se não fosse a incoerente acumulação de erros e a grave incompreensão por parte das autoridades portuguesas do terreno de descolonização.

É daí que parte toda a dinâmica dos retornados. Eles foram certamente vitimados por um sistema que os obrigou a emigrar para ganhar a vida, foram vítimas ainda de métodos de integração porventura aplicados durante décadas, foram garantidos por Angola uma terra, mas portuguesa como o Minho, e outros homens que, à sua maneira, construíram uma obra que eles deviam considerar válida. E em plano individual não podem compreender as causas de uma derrocada que nunca ninguém os preveniu — nem antes nem depois do 25 de Abril — e para a qual não encontram explicação aceitável.

Mas o facto é que para o regresso de Angola e, vamos dizê-lo francamente, para a mesma derrocada dos africanos de hoje, o aspecto factor do colonialismo não poderá ser esquecido. Porque se o Brasil, mesmo quando pobre se deu a muitos casos, era certamente o mais privilegiado em relação ao colonizado. Esse facto, que não dá consciência crítica, não permitirá, a meu ver, a criação de sociedade multiracial de que tanto se fala, e que historicamente não passa de um mito.

O futuro de Angola a curto prazo será certamente da maior dificuldade, dorça e trágica.

Resta a certeza de que se trata de uma fase talvez inevitável mas que inevitavelmente também se poderá conduzir a vitória final, para angolano.

Os casos sociais e os económicos vão ser com certeza muito mais elevados, mas as perspectivas históricas medem-se em períodos longos.

VASCO VIEIRA DE ALMEIDA
formado em Direito e em Ciências Político-económicas. Entrou para o BPA em 1959 feito administrador em 1970, sendo em 1972 nomeado Presidente do Crédito Fidejussório Português. Foi também administrador da SACOR em 1971/73.

Foi Ministro da Coordenação Económica do I Governo Provisório, embaixador itinerante no III Governo Provisório, Ministro da Economia do Governo de Transição de Angola.

Actualmente assessor e advogado e é presidente da Comissão Portuguesa para as negociações com o Mercado Comum.

Trabalhos publicados: «O financiamento do Comércio Externo», «Perspectiva da Economia Portuguesa», «As relações económicas luso-italianas», «Plano Económico de Angola».